



o desenho da utopia
Volume II

Betinho Duarte
2004

Coordenação e revisão: Regina Bessa
Organização: Carla Peixoto de Melo
Colaboração: Genival de Oliveira, Livia Bessa, Funcionários da
Coordenadoria de Cerimonial, Seção de Registro Legislativo,
Seção de Apoio Parlamentar da Câmara Municipal de Belo
Horizonte
Capa: Gabriela Duarte
Editoração: Denise Beirão
Mapas: Carlos Alberto Costa - Prodabel

Os mapas temáticos gerados para o presente livro são oriundos das bases alfa-numéricas e georreferenciadas da Prodabel, ilustradas pelas imagens aéreas adquiridas em parceria com a Infoestrata S/A (hoje incorporada à Companhia Vale do Rio Doce). Quaisquer sugestões, correções ou solicitações quanto à sua acurácia serão bem-vindas.

D812r Duarte, Betinho
2.ed. Rua viva; o desenho da utopia / Betinho Duarte.
2ed. - Vol. II - Belo Horizonte: Rona, 2004.

680 p. ilustr.

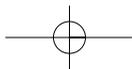
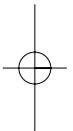
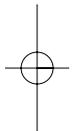
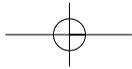
1. Biografia 2. Minas Gerais (Br) 3. Ruas
4. Belo Horizonte 5. História Política I. Duarte,
Betinho II. Título

CDU:92:321 (091) (815.1)

Sumário



<i>Prefácio</i>	5
<i>As Ruas Vivas</i>	7
Celso Furtado	9
Flávio Sampaio	13
Geraldo da Rocha Gualberto	19
Padre Henrique Vaz	24
Reverendo Jaime Wright	27
Jornalista José Costa	34
José Júlio de Araújo	41
José Matheus Pinto Filho	50
Professor Lourival Vilela Viana	54
Professor Luiz Bicalho	58
Marcelo Righi Marco	65
Márcio José de Araújo	71
Paulo Freire	76
Raul Belém	80
<i>Legislação</i>	85



*P*refácio

Em agosto de 2004, no 25º aniversário da Lei da Anistia, trouxe a público em Belo Horizonte a segunda edição do livro *Rua Viva*, publicado inicialmente 10 anos antes. Revista e ampliada, a nova edição era o coroamento do trabalho que, desenvolvido no curso de meus três mandatos na Câmara Municipal, visava resgatar e honrar a memória dos mortos e desaparecidos políticos mineiros diretamente atingidos pela repressão superveniente ao Golpe Militar de 1964.

Editado o livro, leitores provenientes de segmentos os mais diversos lembraram-me de nomes cuja ausência se sentia entre os biografados. Dispus-me a recepcionar as sugestões e providenciei para que também esses recebessem, por meu intermédio, o reconhecimento público que lhes é devido.

Com os respectivos projetos de lei de denominação de logradouro em tramitação, decidi reunir nesta publicação, que intitulo *Rua Viva - Volume II*, os novos nomes, que são os seguintes: Flávio Sampaio, Geraldo da Rocha Gualberto, Lourival Vilela Viana, Luiz de Carvalho Bicalho, Marcelo Righi Marco e Raul Décio de Belém Miguel.

A esses acrescentei nomes já dados antes a ruas de Belo Horizonte que lembram, por sua defesa da liberdade em suas múltiplas formas, todos aqueles que sedimentaram o pensamento brasileiro e aclararam a necessidade de transformação de nossa injusta realidade social. Estão nesse caso o jornalista José Costa, que fez da liberdade de expressão intocado reduto; Henrique Cláudio de Lima Vaz, o Padre Vaz, que fez da Filosofia e do Magistério um chamamento para a responsabilidade social ao

fundar a Ação Católica, embrião das conhecidas JEC, JOC, JUC; Jaime Nelson Wright, o Reverendo Jaime Wright, que somou forças de diferentes credos na luta pelos direitos políticos e pela anistia ampla, geral e irrestrita; e Paulo Regulus Freire, o autor da pedagogia do oprimido, que tanto lutou para eliminar os grilhões do iletramento escravizante de nosso povo.

Juntei a esses últimos, pela mesma razão que me guiou ao selecioná-los, o nome de Celso Furtado: o autor de *Formação Econômica do Brasil*, falecido recentemente, é um dos grandes luminares da luta por uma sociedade mais justa no Brasil. Ao inseri-los todos – Jornalista José Costa, Padre Vaz, Reverendo Jaime Wright, Paulo Freire e Celso Furtado – no projeto *Rua Viva*, homenageio-os por sua trajetória e tomo-os como símbolo de todos quantos plantaram grandes sementes em nosso País: a esses também estendo a minha homenagem.

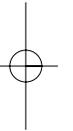
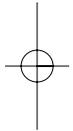
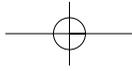
Onze os nomes, acrescentei-lhes outros três, que republico por terem as suas biografias saído com indesejáveis erros de dados na segunda edição do *Rua Viva*: José Júlio de Araújo, José Matheus Pinto Filho e Márcio José de Araújo.

Julguei oportuno fechar o Volume II com a republicação da legislação de todas as ruas vivas. Em agosto de 2004, vários dos projetos de lei estavam ainda em tramitação e sua situação se alterou daquela a esta parte, carecendo de atualização.

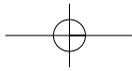
Com estas providências, renovo a minha crença na responsabilidade que nos cabe a todos na preservação de nossa história, na compreensão de suas lições e no seu aproveitamento para a construção cotidiana de uma sociedade justa, livre e igual.

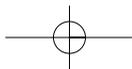
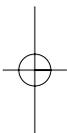
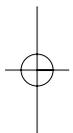
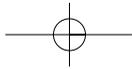
Em 12 de dezembro de 2004, data do 107º aniversário de Belo Horizonte.

Betinho Duarte



As Ruas Vivas





Celso Furtado

Celso Monteiro Furtado nasceu em Pom-
bal, na Paraíba, em 26 de julho de 1920. Aos 7
anos, mudou-se com sua família para João
Pessoa, capital do Estado.

Dono de vigorosa capacidade de traba-
lho, diplomou-se em Direito pela Universidade
do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de
Janeiro (UFRJ), doutorou-se em Economia na
Universidade de Sorbonne, em Paris, França, e
fez pós-doutoramento na mesma área na Uni-
versidade de Cambridge, na Inglaterra. Em seu
trabalho, desenvolvido com extrema proficiência no curso de sua
longa vida, Celso Furtado combinou um brilhante desempenho
intelectual ao exercício de altos cargos públicos no Brasil, em
todas as frentes demonstrando uma inédita e esclarecedora
compreensão da condição de subdesenvolvimento do País.

Segundo Luiz Gonzaga Belluzzo, professor de Economia
da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em artigo
na *Folha de São Paulo*, edição de 22 de novembro de 2004, "*deve-
mos a Celso Furtado a compreensão da especificidade do subde-
senvolvimento e o entendimento de uma questão central: os
países da periferia do capitalismo estão condenados a inventar
suas estratégias de desenvolvimento. Caso contrário, entregarão
seu destino aos processos de reiteração e reprodução das con-
dições que geram a dependência e o atraso*".

Essa matriz de seu pensamento, fundamentada no posi-
tivismo e pontuada sempre pela mais apaixonada racionalidade,
fez com que Celso Furtado buscasse caminhos para a solução

Marcello Casal Jr./ABR



Marcello Casal Jr./ABr



dos problemas brasileiros e se esforçasse para que suas idéias fossem transformadas em força social e política.

Em 1959, quando publicou *Formação Econômica do Brasil*, seu livro mais famoso e até hoje um clássico, Celso Furtado já havia sido diretor da Divisão de

Desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) por oito anos seguidos e preparava-se para assumir a direção da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Ele, para quem o planejamento social era o caminho para o desenvolvimento, assumiu, saudado por muitos, o cargo de ministro do Planejamento no governo do presidente João Goulart.

O Golpe Militar de 1964 interrompeu, no entanto, o trabalho recém-iniciado pelo ministro. Cassado, exilado, Celso Furtado foi professor de universidades nos Estados Unidos da América do Norte (Yale, Harvard e Columbia) e França (Sorbonne), para onde foi nomeado por decreto do presidente Charles de Gaulle. O reconhecimento de seu trabalho intelectual, se não fosse expresso pelo próprio elenco das célebres universidades em que trabalhou, está expresso nos inúmeros títulos de doutor *honoris causa* que recebeu, entre eles os da Universidade Técnica de Lisboa (Portugal), Université Pierre Mendès (Grenoble, França), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Nacional de Brasília (UNB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual do Ceará, Universidade Estadual de São Paulo (USP) e UFRJ. Também atestam a sua dimensão intelectual a sua eleição, em 1977, para a Academia Brasileira de Letras e, em 2003, para a Academia Brasileira de Ciências.

Foi, contudo, somente com a Anistia em 1979 que Celso Furtado retornou ao Brasil. Exerceu, entre outras funções, o cargo de ministro da Cultura no governo José Sarney e ao falecer, em 20 de novembro de 2004, deixava atrás de si o rastro luminoso de um dos intelectuais que mais influência exerceu entre os brasileiros e de um dos intelectuais brasileiros mais reconhecidos, publicados e ouvidos no exterior, tudo em função de sua obsessão pela compreensão do processo de subdesenvolvimento e das condições complexas para superá-lo.

Ao homenagear o seu nome, o projeto *Rua Viva* busca destacar a trajetória individual de um grande homem e alcançar, simbolicamente por meio dela, a plêiade de homens que, como Celso Furtado, plantaram em nível nacional generosas sementes para a compreensão de nossa realidade, apontaram caminhos para sua transformação e lutaram incansável e permanentemente para que eles fossem efetivamente percorridos.





Flávio Sampaio

Flávio Sampaio, filho de Hugo Sampaio e Neusa Sanches Sampaio, nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 14 de dezembro de 1950.

Estudante dedicado desde os primeiros anos, Flávio concluiu o Ensino Fundamental no Colégio Anchieta em 1966 e o Ensino Médio no Colégio Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1969. Em 1970, prestou vestibular para o curso de Economia da UFMG, classificando-se em 16º lugar. Frequentou as aulas durante algum tempo, mas, em 1971, redirecionou sua opção e fez novo vestibular, desta vez para o curso de História, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG, classificando-se em 5º lugar.

Durante sua permanência na FAFICH, no período de 1971 a 1974, ano em que colou grau, Flávio foi mais que um acadêmico aplicado. A par dos estudos, destacou-se por grande atividade no meio estudantil, participando com vigor do Centro de Estudos Históricos, entidade que congregava os estudantes do curso respectivo. Representou os estudantes no Conselho de Graduação da UFMG e pertenceu, mais de uma vez, aos quadros da diretoria do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da universidade. Em 1974, quando era vice-presidente do Diretório Acadêmico (DA) da FAFICH e primeiro vice-presidente do DCE da UFMG, Flávio ficou na mira dos órgãos de repressão.

Uma intimação, datada de 17 de março daquele ano, exigia seu comparecimento no dia 20 do mesmo mês para prestar





depoimento em Inquérito Policial Militar (IPM). A intimação, contudo, não o alcançou em casa, pois no dia 18, antes que ela chegasse, Flávio já havia sido arrancado do apartamento de sua família por um grupo de homens armados. Sua mãe, que a tudo presenciou, soube depois que o filho estava preso no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em Belo Horizonte.

A prisão de Flávio, a que se somaram vários outros atos de violência e arbitrariedade contra vários colegas, despertou imediata reação dos estudantes e repercutiu em todo o meio universitário brasileiro. Contudo, nem as autoridades e nem a imprensa acolheram os protestos dos estudantes, que receberam apenas o consolo de manifestações provenientes de outros centros universitários e de setores da Igreja.

Durante a prisão, Flávio foi arrolado como testemunha num processo envolvendo dois colegas de Faculdade. Posteriormente, foi arrolado como testemunha na fase judicial, por precatória, indo depor na Justiça Federal, em Belo Horizonte. Nesse segundo depoimento, Flávio não confirmou aquele que prestara enquanto testemunha presa, pois o depoimento, naquela condição, era sabidamente ilegal.

O fato de negar o depoimento que prestara enquanto na prisão açulou os ânimos dos interrogadores, que o indiciaram em IPM. No interrogatório do IPM, Flávio reafirmou suas razões e suas informações, todas confirmadas por testemunhas que estiveram presas com ele. O IPM foi encerrado e levado à Auditoria Militar em Juiz de Fora, Minas Gerais, com vista ao Promotor. No relatório constante da peça, Flávio não foi indiciado em nenhum artigo, mas sobre ele se afirmava que cometera

"crime contra a administração militar" e que "sua atitude causara prejuízos materiais e transtornos ao Exército". Em resultado, foi ele qualificado criminalmente na Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Todos esses fatos repercutiram intensamente no coração do jovem esperançoso e idealista que, ainda assim, persistiu bravamente em seu caminho. Em 17 de fevereiro de 1975, ano seguinte ao de sua colação de grau, foi admitido como professor assistente na Universidade Católica de Minas Gerais, hoje PUC-Minas. Seu trabalho no Departamento de Economia daquela universidade foi, no entanto, bruscamente interrompido em 1977, quando, em repúdio a decisões da diretoria, os professores apresentaram pedido de demissão coletiva.

A crise vivida no Departamento de Economia foi talvez a gota que voltou a sensibilizar o coração maltratado de Flávio, que se internou para tratamento no Centro Terapêutico em Belo Horizonte. A resistência de sua perfeita lucidez, porém, obrigou-o a solicitar, por escrito, seu desligamento formal do Centro. Em 5 de outubro de 1977, em carta à equipe, Flávio avaliava que, por várias razões, desejava buscar com seus próprios meios a sua reintegração à sociedade, o que pretendia fazer começando pela retomada de seus estudos.

Flávio, no entanto, não pôde levar adiante seu novo projeto. Ele, que à época já participava do incipiente movimento pela anistia, pouco depois acabou por ir-se. Não foi apenas a sensação de impotência ou o sentimento da dor o que, em decorrência, tomou conta dos que o conheceram em vida. Para esses, também ficaram as muitas lições daquele jovem sensível e idealista que jamais abdicou da luta pela eliminação das imensuráveis contradições da sociedade brasileira.

I. U. P. U. C. A. G. R. I. A. M.

A existência do homem no se justifica pela busca da utilidade e esta utilidade não pode ser desvinculada de sua ação social.

Um homem que tem consciência desta necessidade de bem estar social se dedica empenhado em sua busca de satisfação dentro da mesma sociedade.

Sociedade de consumo, produtória e individualista. Que não busca a igualdade entre os homens e não respeita os seus limites mais íntimos. Ele exerce uma pressão tão grande sobre os homens que de alguma maneira tentam resistir e lutar para que esta se torne mais humana e mais justa, que, muitas vezes, estas lutas não acontecem, frustadas e se descompõem e só encontram solução para este conflito na morte.

O professor Flávio Sampaio foi um homem que tentou resistir e lutar. Participou ativamente do movimento estudantil em sua época de faculdade. Atualmente participou do Movimento pela Anistia.

PRISÕES NA UFMG

SOLIDARIEDADE

D. Frago, do Ceará

Dispedo de vocês, 27.3.74
Meus amigos do DCE e CDA da UFMG,
Hoje rombi e li com atenção as notas de 13.19, 20 e 21.3.74 sobre prisão e tratamento de estudantes. Vocês estão reivindicando a "prática da liberdade" e o respeito à "Declaração Universal dos Direitos Humanos que o Brasil subscreeva".
Faço minha, com fraternidade solidária, as reivindicações de vocês.

Pava nra os universitários são cidadãos do Brasil a pleno direito. São protagonistas da nossa história a título especial. Sendo jovens, são projetistas, nemais à Utopia realizadora que põe doação e esperança no coração do homem, tenso para um Projeto Histórico que se constrói hoje em processo inacabado. Nenhum adulto - mesmo tendo o uso atual do Poder e da Força - tem o direito de marginalizar o potencial criador do jovem.

De outro lado, qualquer cidadão - estuante - presidente da república - deve responder liosamente pelo uso da liberdade. Sendo asseguado o direito do detento, respeito à sua dignidade humana, um tratamento condigno.

Foi tudo isto que li e vi nas notas do DCE. Na minha perspectiva, um CRISTÃO CORRENTE, deve lucidamente, como vocês uma Praxis libertadora.

*Um abraço do velho imã
+ Antão do T
Bispo*

Colegas de Campinas

UNICAMP SOLIDARIZANDO SE COLEGAS DA UFMG EM REPUBIO <
PRISÕES OCORRIDAS NESTA UNIVERSIDADE ASSEMBLEIA DE ALUNOS
DE 74 < CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS HUMANAS UNICAMP



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINAS
PRIMEIRO DE ABRIL DE 1974
DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES
ALUNOS DE 74

NOTA OFICIAL
Belo Horizonte, 30/3/74

Deixei em prisão administrativa na nota anterior, informo -
destacando UFMG CAMPANAS SOUZI e IVON, JOSEPH SIMILHO e a estu -
colunas JOAO ENRIQUE SOARES NETO, PLÁVIO SAMPAIO e MATEUS LOIS
NEPRINHAS.

Enviamos cartas a mais de 200 Diretorios Acadêmicos, por -
nois a agências noticiosas (mas evidentemente nada publicaram) o -
de diversas instituições do país. A bancada do UFG já se manifestou -
tudo na Assembleia Legislativa contrariando as arbitrariedades co -
munistas contra nossos colegas.

Na nota viva indignação partiu dos estudantes, profes -
soras e funcionários da Universidade, principalmente nas escolas -
com os nossos colegas são mais conhecidos e queridos.

Vallamos a consultar a comunidade de ou lutar permanentemente para impedir que essa situação perdure e se alastre o, im -
dilatante pela libertação de nossos colegas.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UFMG

AOS ESTUDANTES, PROFESSORES E

Ontem, dia 18/3/74, fomos surp -
coligos nossos foram presos pelos "Sny -
circunstâncias as mais violentas e chi

PLÁVIO SAMPAIO, aluno de 49 ano de História (FAPICH), cursando discipli -
nas na Faculdade de Educação. As circunstâncias de sua prisão foram semelhantes -
as do João, sendo que no seu caso sua mãe presenciou os fatos. A participação de -
Flávio na universidade também destacou-se por grande atividade: no momento é pri -
meiro vice-presidente do DCE e vice do D.A. FAPICH, além de representante da -
alunos da escola no Conselho Departamental da Unidade. Foi da diretoria do DCE na -
gestão anterior e membro do Conselho de Graduação da UFMG, como representante -
dos estudantes. Sempre participou no Centro de Estudos Históricos, entidade que -
congrega os estudantes deste curso.

Ainda sob o impacto da violência -
ameaçadas a integridade física de nossos colegas e a própria segurança da -
nossas entidades, perguntamos: até quando poderá durar tudo isso? Sentimos que -
cada vez mais se torna necessário lutar permanentemente para impedir que tal si -
tução perdure e se alastre, e imediatamente, pela libertação de nossos colegas!

Nesse momento, sentimos também que devemos contar sobretudo com nossas -
próprias forças e por isso mesmo não podemos nos deixar levar por uma atitude -
pessimista de passividade e nos calar, já que isso significaria consentir -
compactuar com toda essa situação.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES UFMG
CONSELHO DE DIRETÓRIOS ACADÊMICOS DA UFMG

Belo Horizonte, 19 de Março de 1974

• INTIMAÇÃO •

FRANCISCO BORGES MACHADO FILHO, Tenente-Coronel de Infantaria, Encarregado de um Inquérito Policial Militar, DETERMINA a FLÁVIO SAMPALHO, brasileiro, solteiro, estudante, residente nesta Capital à Av. Olímpio Herculano, 441 - Apto 103 - Centro, que compareça, sob as penas da Lei, às 10,00 horas do dia 20 de março do corrente ano, a fim de prestar depoimento como testemunha.

Belo Horizonte, 18, 17 de março de 1974

FRANCISCO BORGES MACHADO FILHO - TEN. COR. Encarregado do IPM

INTIMAÇÃO

Belo Horizonte, 17 de Setembro de 1974

Sr. Flávio Sampaio

Sr. intimado a comparecer perante o Juiz Federal da 1ª Vara, à Rua Augusto Santos, 448 - 3º andar, em 5 de Setembro de 1974, às 13:30 horas, a fim de prestar depoimento

no Processo nº. entre partes: Justiças Militares, Carlos Jorge Miranda Santos, José Carlos e outros

Atenciosamente,
Francisco Borges Machado Filho
Chefe de Seção de Polícia Militar

"O Juiz poderá impor à testemunha ful-
tação prisão até 15 dias, sem prejuízo do
processo penal por crime de desobediência
e conduta em desacordo com as regras da
diligência." Art. 219 do C. P. Penal.

INTIMAÇÃO

ADALBERTO GUIMARÃES MENEZES, Tenente-Coronel do Exército, Encarregado de um Inquérito Policial Militar, DETERMINA a FLÁVIO SAMPALHO, brasileiro, solteiro, estudante, residente nesta Capital à Av. Olímpio Herculano nº 441 - apto 103, Centro, que compareça, sob as penas da Lei, às 08:00h do dia 09 de dezembro, no Quartel de 12º RI, a fim de prestar novas declarações, podendo ser acompanhado de uma testemunha da sua confiança, para assistir no seu interrogatório.

Belo Horizonte, MG, 06 de dezembro de 1974.--

ADALBERTO GUIMARÃES MENEZES - TC Encarregado IPM

MINISTÉRIO DO EXERCÍTO
DEPARTAMENTO DE INFANTARIA

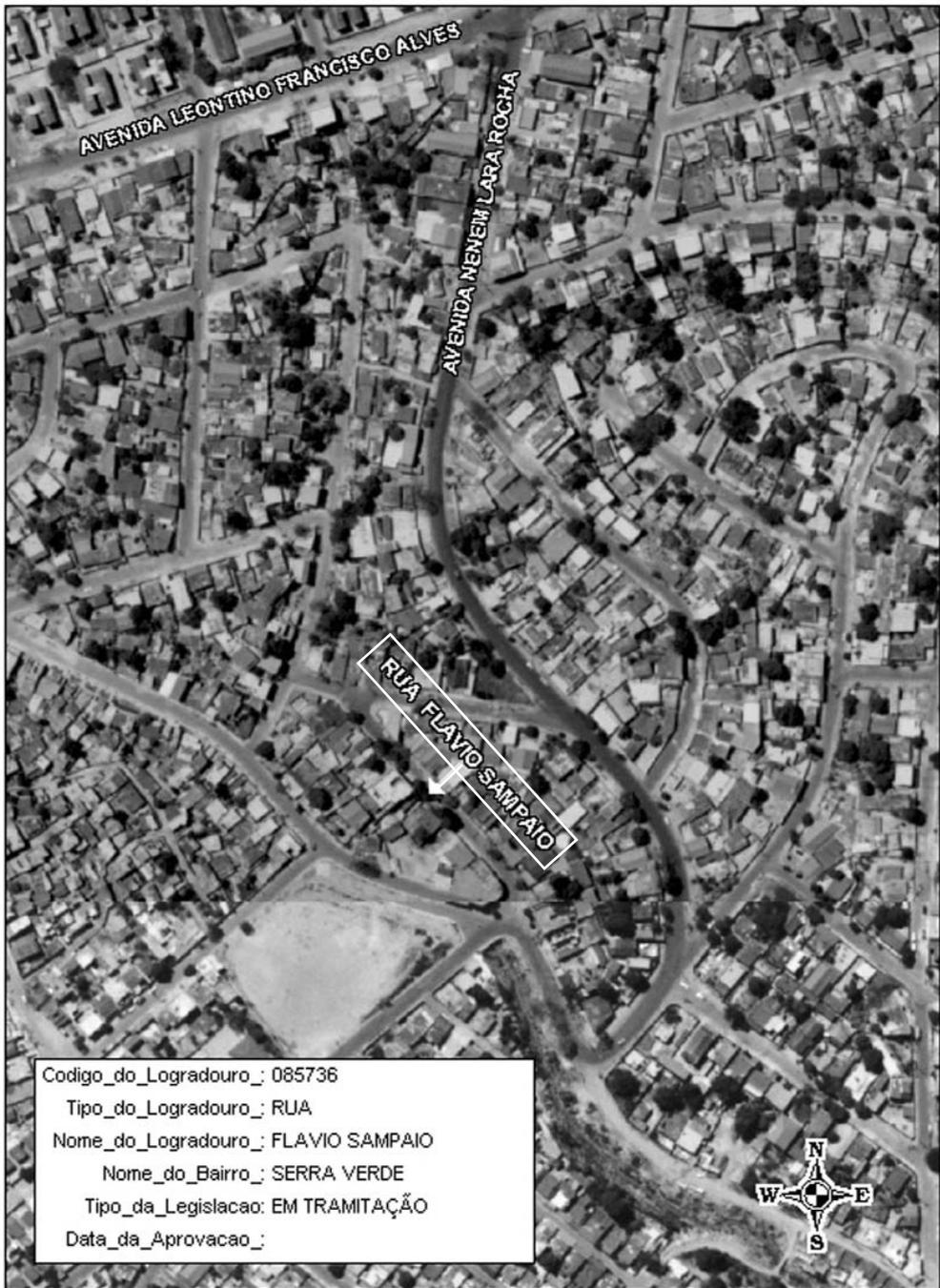
Belo Horizonte, MG, 25 Nov 74
de : Encarregado do IPM

de : Sr FLÁVIO SAMPALHO

Assunto: Comparecimento (Determina)

Adalberto Guimarães Menezes, Tenente-Coronel, encarregado de um inquérito policial militar, determina a Flávio Sampaio residente à Av Olímpio Herculano nº 441 - apto 103, Centro, nesta Capital, que compareça, sob as penas da lei, no dia vinte e seis de novembro 74, às 08:00h (oito horas), no quartel do 12º RI, a fim de prestar declarações no caso em que é indiciado.

ADALBERTO GUIMARÃES MENEZES
TENENTE-CORONEL ENCARREGADO



Geraldo da Rocha Gualberto

Na região hoje denominada Vale do Aço, formada pelos municípios de Coronel Fabriciano, Timóteo e Ipatinga, a rarefeita população local entregou-se por muito tempo à atividade mineradora de baixa produtividade. Quando o ouro de aluvião esgotou-se, a alternativa encontrada foi a agropecuária, cuja produção era destinada ao abastecimento de outros centros mineiros. Mas, quando esses também entraram em declínio, a atividade econômica na região envolveu para a agropecuária de subsistência, de características tradicionais, mão-de-obra despreparada, baixos níveis de produtividade e, em resultado, acentuada escassez de riqueza.

Era esse o cenário quando, em 1958, a USIMINAS foi implantada na região. Constituindo-se na grande usina siderúrgica com que Minas sonhava muito antes da implantação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, no Rio de Janeiro, sua presença contribuiu decisivamente para substituir o modelo rural de subsistência pelo modelo industrial urbano. Um intenso fluxo migratório, do campo para a cidade e de outros pontos do Estado para a região, elevou rapidamente o número de habitantes na localidade, a ponto de as três cidades formarem, na entrada do terceiro milênio, um aglomerado contínuo de vasta dimensão e, especialmente, com uma das maiores rendas de Minas.

Mas a implantação da siderúrgica não se faria sem sofrimento. A pequena cidade de não mais que 300 habitantes veria seu solo dividir-se em bairros hierarquicamente distintos, planejados para corresponder à hierarquia de funções profissionais existente na fábrica. E assim se separaram os chefes, os enge-

nheiros e os japoneses dos técnicos, separados todos dos operários, sendo que estes formavam a grande força do trabalho na fábrica. Na época da construção da planta, do total de empregados envolvidos 80% correspondiam a mão-de-obra não especializada ou semi-especializada, tudo a indicar que os índices de riqueza agregados à imagem da empresa não produziram a fatura para a grande maioria.

A hierarquização na fábrica não era, contudo, o maior problema, que ficava por conta das inúmeras empreiteiras operando no canteiro. Para essas, ofereceu-se a grande massa desqualificada que acorrera cheia de esperança para aquela cidadezinha. Explorada de diversas formas, muitas vezes sem carteira assinada ou o salário mínimo legal, essa população migrante acomodou-se como pôde em barracos na periferia da cidade velha ou em cidades vizinhas e submeteu-se a toda sorte de privações.

Com pouco tempo, o teatro na região tinha a temperatura de um caldeirão fervente. A própria Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) reconheceria mais tarde em inquérito que "*a insuficiência salarial, a carência de moradias, a precariedade dos transportes, o alto custo das utilidades, o mal orientado serviço de vigilância da empresa e, sobretudo, a angustiante incerteza de dias futuros fizeram dos obreiros da USIMINAS uma gente intranquila, desgostosa e reacionária*". A cidade, antes uma ilha de paz, era agora a cidade do ódio, dominada em grande parte pelas regras infelizes do mercado de trabalho escravo.

Como em outras páginas da história de teor similar, à exploração juntou-se logo a repressão e o ambiente em Ipatinga coloriu-se rapidamente com os tons da violência. Vigiam-se os empregados, que eram revistados na entrada e saída da fábrica. Vigia-se o sindicato, mesmo os bóias-frias impedidos de fazer parte dele. Vigiam-se os bairros operários, onde a polícia buscava, prendia, ameaçava, espancava...

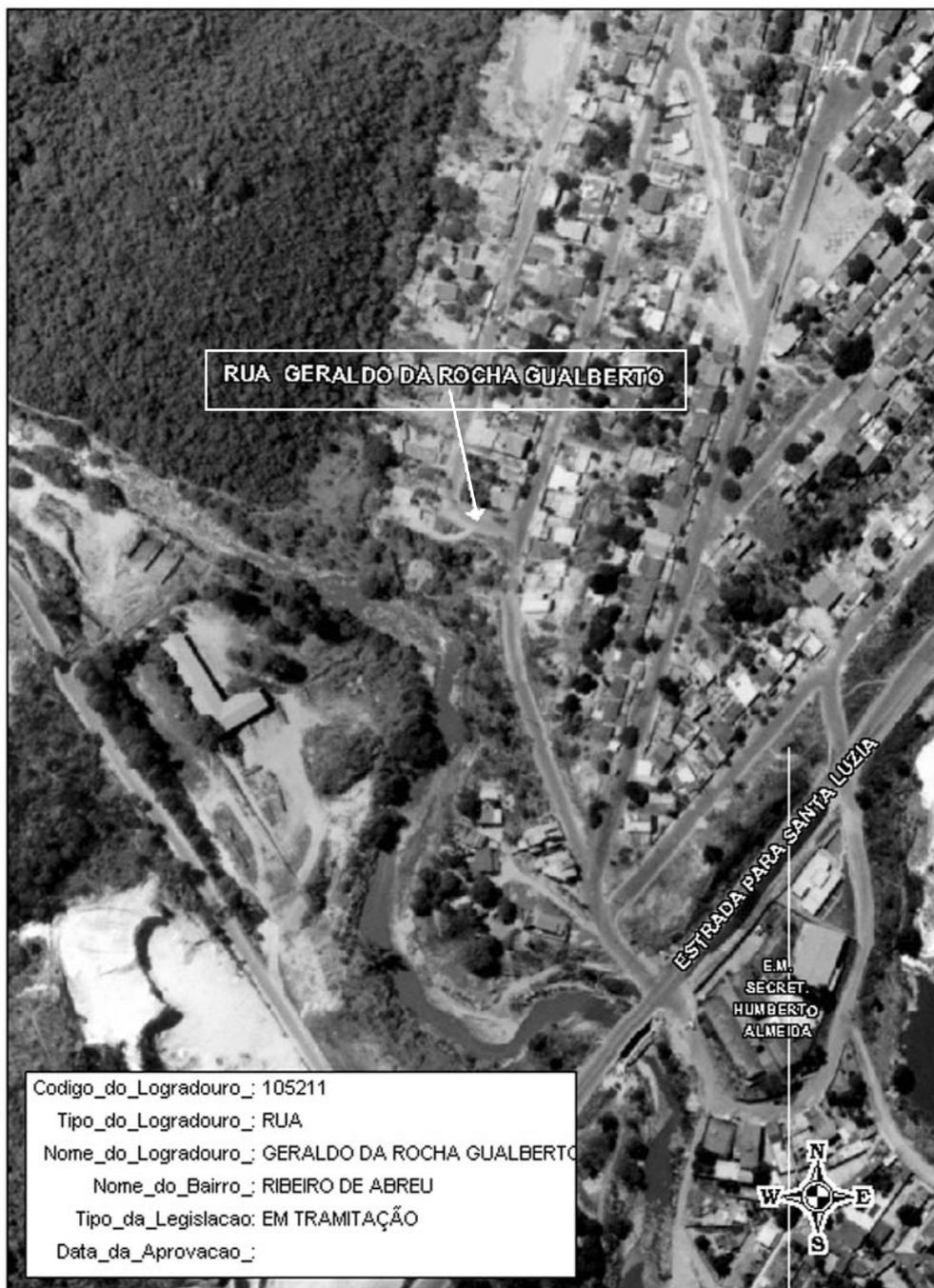
A temperatura continuava se elevando sem cessar até que no dia 6 de outubro de 1963, quando a sirene das 22 horas anun-



ciou o encerramento de mais um turno de trabalho, irrompeu um incidente. Entre os operários que se preparavam para sair e se submetiam à revista, um deles insistia em não deixar o litro de leite que era de hábito levar e que tinha sido cortado bruscamente. Um vigilante disparou contra o litro de leite do trabalhador. Foi o bastante para a ira da massa transbordar e a polícia, que acorreu prontamente, bateu, atirou, prendeu, revistou acampamentos, aterrorizou, abrindo portas para a greve geral que os trabalhadores, naquela madrugada, decidiram iniciar na mesma manhã.

Claro o dia de 7 de outubro de 1963, milhares de operários postaram-se em frente ao portão principal da USIMINAS. Recepcionados pela polícia, não deram ouvidos às ordens de entrar para o trabalho. E às 8 horas da manhã, a multidão de cerca de 10 mil pessoas, incluindo trabalhadores das empreiteiras, começou a emitir uma onda forte de protestos. Em resposta, 18 policiais se acomodaram em cima de um caminhão onde já havia uma metralhadora de tripé. Inicialmente tendentes a atirar para o alto, os policiais acabaram desferindo violento tiroteio sobre a multidão desarmada, mas tomada pelo ódio. Na praça de guerra em que se transformou a porta de entrada da fábrica, muitos se feriram gravemente, vários perderam a vida, entre eles Geraldo da Rocha Gualberto, um modesto alfaiate que nem sequer pertencia ao quadro de empregados: passava pelo local e uma bala, naqueles 20 minutos de terror, usurpou-lhe gratuitamente a vida.

Lembrado no projeto *Rua Viva* em nome de todos os companheiros que viveram o terror do Massacre de Ipatinga, um dos mais sangrentos episódios da história do movimento operário brasileiro, Geraldo da Rocha Gualberto não estava vivo para presenciar quando, seis meses depois, a liberdade em seu País vergava sob o peso do Golpe Militar de 1964. Sua morte prematura, contudo, foi um prenúncio do tenebroso período que estava por vir, durante o qual tombaram muitos, todos desejosos, como os trabalhadores de Ipatinga, de uma Pátria justa, livre e igual para seus filhos.



Padre Henrique Vaz

Henrique Cláudio de Lima Vaz, o Padre Vaz, nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais, em 1921. De acentuado pendor para o pensamento e o trabalho intelectual, notabilizou-se desde cedo pelo amor à filosofia, ao magistério e à juventude, áreas nas quais manteve fértil atuação durante toda a sua vida.

Enquanto filósofo, o Padre Vaz estudou detidamente desde os clássicos, sobretudo Platão, até os autores que lhe foram contemporâneos, sendo destacado leitor de Hegel e Santo Tomás de Aquino. Doutorou-se em Filosofia pela Universidade Gregoriana de Roma, Itália, e deixou impressa importante obra, merecedora de reconhecimento inclusive internacional, na qual se ocupa especialmente em ordenar o conhecimento ocidental. Tendo escrito sobre Mística, Ética, Antropologia Filosófica e outros temas, o Padre Vaz tem entre os destaques de sua obra os *Escritos de Filosofia*, em seis volumes.

Enquanto professor, o Padre Vaz pertenceu ao quadro docente de várias universidades brasileiras, tendo se aposentado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Dono de capacidade de comunicação invulgar, foi titular de um magistério exigente, que marcou época entre filósofos de várias filiações. Da graduação ao doutorado, suas aulas eram momento único para a reflexão sobre os problemas e a história da Filosofia.

Enquanto amigo da juventude, o Padre Vaz foi um condutor e um líder. Tendo aberto, dentro do pensamento católico,



espaço para o estudo do marxismo e do hegelianismo, veio a fundar, nos anos 60, a entidade de nome Ação Católica (AC), que acentuava a responsabilidade de todos para com a necessária transformação da injusta realidade social brasileira. Da AC nasceram posteriormente a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC) e, um pouco mais adiante, a Ação Popular (AP), que congregou inúmeros membros e representou de início a mais vigorosa oposição ao regime ditatorial superveniente ao Golpe Militar de 1964.

Nos últimos anos, enquanto produzia seu derradeiro trabalho, dedicado à mística no pensamento ocidental, o Padre Vaz lecionava no Instituto Santo Inácio, no Bairro Planalto, em Belo Horizonte, sem contar que continuava escrevendo para a revista *Síntese*, que enriqueceu com dezenas de artigos filosóficos de altíssimo nível.

Seu nome, ao ser inserido no projeto *Rua Viva*, não apenas recompõe a trajetória de um homem que trabalhou pela grandeza e pela dignidade humanas em Belo Horizonte. A homenagem visa também resgatar suas imorredouras lições e, suplementarmente, abranger de forma simbólica todos aqueles pensadores que souberam guiar a juventude de seu tempo para os ideais da liberdade e da justiça que sempre confirmaram no coração do homem a sua incontestável vocação para a grandeza.





Reverendo Jaime Wright

Jaime Nelson Wright, o Reverendo Jaime Wright, filho de Latham Ephraim Wright e Maggie Belle Wright, nasceu em Curitiba, Paraná, em 12 de julho de 1927. Depois de cursar no Brasil o Ensino Fundamental e o Médio e de servir voluntariamente o Exército, transferiu-se para os Estados Unidos da América do Norte, onde se formou na Universidade de Ozarks e pós-graduou-se na Universidade de Princeton.

De volta ao Brasil, instalou-se na Bahia, onde deu início a um vigoroso trabalho, de muitas décadas, pelos direitos humanos, pela justiça social e pela defesa dos perseguidos por razões políticas no País. Pastor, educador, administrador, jornalista, executivo e líder nato, dirigiu o Instituto Ponto Novo logo ao chegar e, mais tarde, a Igreja Presbiteriana na cidade de Caetité, tendo também se tornado membro da Associação Baiana de Imprensa e correspondente não-remunerado do jornal baiano *A Tarde*.

Denunciou, no período, a corrupção fiscal na Bahia (que resultou na inclusão do artigo 196 na Constituição Federal de 1969) e promoveu a I Mesa-Redonda Distrital das Lojas Maçônicas, concluindo, conforme publicado no *Jornal do Brasil* de 10 de dezembro de 1968 que *"a maçonaria não pode nem deve ficar indiferente diante da transgressão contínua dos direitos humanos em nossa sociedade, visto que o silêncio seria não somente uma conivência com as injustiças praticadas como tam-*



bém uma traição vergonhosa do nosso glorioso passado de intransigente combate a tudo o que avilta o homem".

Transferido para a direção da Missão Presbiteriana do Brasil Central, em São Paulo, continuou a escrever artigos para periódicos no exterior denunciando, sob o pseudônimo Roberto Barbosa, a permanente violação dos direitos humanos no Brasil da ditadura.

Em 1973, quando a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) foi organizada, Jaime Wright foi escolhido para elaborar o projeto que resultaria na publicação de 1.800.000 exemplares da edição ecumênica da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ajudou a organizar, no Rio e em São Paulo, a estrutura de apoio aos refugiados políticos vindos do Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai e Bolívia. Fundou, nessa época, juntamente com Jan Rocha e Luiz Eduardo Greenhalgh, o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos nos Países do Cone Sul, que publicou em três línguas o boletim *Clamor*, sob o guarda-chuva da Arquidiocese de São Paulo. Tornou-se membro da Comissão Arquidiocesana Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados e ajudou a fundar o Centro Santos Dias de Direitos Humanos, também da Arquidiocese.

Juntamente com Dom Paulo Evaristo Arns e o rabino Henry Sobel, participou do *culto proibido* realizado em 31 de outubro de 1975 em memória de Wladimir Herzog, jornalista da TV Cultura de São Paulo que havia sido barbaramente assassinado pela repressão no Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) paulista, no mesmo dia em que se apresentou para depor num inquérito policial militar.

Em 1977 ajudou a formar o *Movimento Justiça e Libertação*, que reuniu 20 entidades laicas de São Paulo. O movimento produziu o documento intitulado *Pela Justiça e Libertação* e promoveu, em 18 de setembro de 1977, uma assembléia gigante no Santuário da Penha, da qual ele foi um dos oradores, ao lado de Márcio Simas e Salvador Pires.

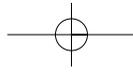
Dentro da *teologia das brechas*, planejou, juntamente com Luiz Eduardo Greenhalgh e Bernardo Kucinski, formas de aproveitar politicamente a visita do presidente norte-americano Jimmy Carter ao Brasil em 30 de março de 1978. E assim, com a bênção de Dom Paulo Evaristo Arns e a colaboração da *Folha de São Paulo*, que conseguiu driblar a censura, foi publicada pela primeira vez uma lista de 23 desaparecidos políticos brasileiros.

A partir de 1979, a convite de Dom Paulo e por designação sem precedentes da Igreja Presbiteriana, Jaime Wright passou a dar tempo integral às tarefas da área de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, quando já estava germinando o projeto *Brasil: Nunca Mais*. O livro-resumo do projeto foi publicado em 15 de julho de 1985 e se manteve na lista nacional dos livros de não-ficção mais vendidos por 91 semanas consecutivas. Lutou intensamente pela anistia ampla, geral e irrestrita em nosso País.

Jaime Wright foi posteriormente membro fundador da Pastoral de Consolação e Solidariedade do Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI) e presidente do Serviço Paz e Justiça na América Latina (SERPAJ).

Em virtude de suas atividades na área dos direitos humanos, a cidade de São Paulo homenageou-o em 1985 pela sua "*contribuição à cultura e à democracia durante os 21 anos da ditadura*"; em 1986, a cidade de Belo Horizonte outorgou-lhe a cidadania honorária; em 1993, a Câmara Municipal de Vitória concedeu-lhe o título de Cidadão Vitoriense; duas universidades estadunidenses lhe outorgaram doutorados *honoris causa*; e a *Folha de São Paulo* convidou-o para participar do ato multirreligioso pelos 70 anos do jornal e pela paz no Golfo Pérsico, em 1991.

Embora o projeto *Brasil: Nunca Mais* tenha sido formalmente concluído em 1985 com a publicação dos 12 volumes da *enciclopédia*, Jaime Wright continuou, informalmente, como coordenador do referido projeto, fornecendo informações quando solicitado.

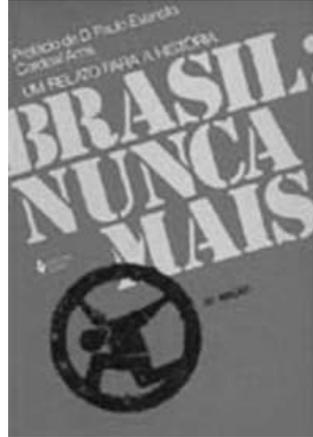


Nomeado pelo presidente da República, tornou-se membro do Comitê de Julgamento do Prêmio Nacional de Direitos Humanos. Aposentado desde 1993, continuou a exercer a presidência da Fundação Samuel, em São Paulo, até que se transferiu para Vitória, no Espírito Santo.

E foi nessa cidade que o bravo lutador viria a falecer, vítima de hipertensão arterial, aos 71 anos de idade, em 29 de maio de 1999, deixando a viúva Alma Cole Wright e

os filhos Sílvia Lee Wright, Nelson James Wright, Sônia Jay Wright, Delora Jan Wright e Anita Sue Wright Torres.

Foi sepultado no dia 30 de maio de 1999, no Jardim da Paz, Serra, Espírito Santo, deixando um lastro de grandes e memoráveis lições.

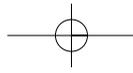


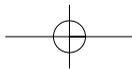
Sobre Jaime e seu irmão Paulo



"Conheci meu conterrâneo, xará e meu irmão em Cristo Paulo Stuart Wright através de longas cartas que ele me escreveu durante o período de sua clandestinidade. Tipicamente, a carta não tinha data nem cidade de origem. Mas tinha um conteúdo surpreendente, pois fazia considerações teológicas, políticas e ideológicas sobre um cartaz da arquidiocese que circulava nos ônibus de São Paulo.

Digo "surpreendente" por três motivos. Primeiramente, pela constatação de que um opositor do regime militar, vivendo na clandestinidade, tomou tempo precioso à sua





amascada missão para refletir com profundidade sobre um assunto aparentemente banal.

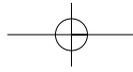
Em segundo lugar, por verificar a seriedade teológica desse cristão leigo no trato das questões mais corriqueiras, mas que afetam o dia-a-dia e o amadurecimento do povo de Deus.

E, em terceiro lugar, pelo estilo fraterno e transparente que caracteriza todo cristão que está imbuído do espírito ecumênico: tratar as questões eventualmente controversas e/ou conflitantes com nobreza de espírito e de linguagem.

Alguns anos depois, em setembro de 1973, fui procurado por seu irmão, o Reverendo Jaime Wright. Informou-me que em São Paulo tinha "caído" e buscado meios urgentes de localizá-lo antes que acontecesse o pior. O pior aconteceu. As providências tomadas não conseguiram evitar a morte por torturas no DOI-CODI de São Paulo.

Essa dolorosa experiência levou-nos eventualmente a uma parceria ecumênica exemplar. Pela primeira vez em sua história, a Igreja Presbiteriana Unida cedeu à Igreja Católica Romana um dos seus mais competentes obreiros para trabalhar comigo em tempo integral na Arquidiocese de São Paulo. O Reverendo Jaime Wright, durante os quase nove anos que cooperou conosco, tornou-se uma espécie de "bispo auxiliar para assuntos internacionais e de direitos humanos".

Foi no convívio de Jaime que eu passei a conhecer e admirar seu irmão Paulo.





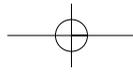
O mesmo acontecia com a filha de Jaime. Já em 1986, ela começava a reunir materiais sobre o tio, inclusive tudo aquilo que tinha sido recolhido pelo projeto Brasil: Nunca Mais. A "Lali" não queria que a vida exemplar e sacrificada de Paulo ficasse esquecida.

O resultado de seus vários anos de pesquisa está neste texto, publicado apropriadamente pela mesma editora que ousou publicar o livro Brasil: Nunca Mais. Não poderia haver melhor homenagem a Paulo Stuart Wright, um cristão que teve coragem de levar suas convicções às últimas conseqüências.

São Paulo, 25 de agosto de 1992.

Paulo Evaristo Cardeal Arns

Arcebispo Metropolitano de São Paulo





Jornalista José Costa



José Costa nasceu em Carangola, Minas Gerais, em 5 de abril de 1906. Passou parte de sua infância em Niterói, Rio de Janeiro, só voltando a Minas em 1930, quando fixou residência em Belo Horizonte.

O jovem de 24 anos que se radicava na Capital de Minas trazia embrionárias as qualidades do homem de visão e de iniciativa que uma longa vida de extensos 88 anos, a maior parte dela devotada ao jornalismo, amadureceria em plenitude.

Destemido, arrojado, desbravador, disciplinado e dono de imensurável amor ao trabalho, José Costa, desde a sua chegada em Belo Horizonte em 1930 até a data em que se despediu da cidade em 27 de março de 1995, mostrou-se um empreendedor de avantajada dimensão, capaz de construir, a partir dos 16 mil réis que trouxe no bolso, de suas poucas roupas na mala, de seu único livro na bagagem e de algumas cartas de apresentação, uma empresa jornalística vigorosa e, sobretudo, marcada indelevelmente pelo pioneirismo.

O primeiro emprego, de encarregado do depósito de obras de construção do campo do Atlético, no bairro de Lourdes, Belo Horizonte, obtido assim que chegou à cidade, permitiu-lhe travar o primeiro contato com os habitantes e a alma da Capital, cujas ruas ele percorreria a pé, plantando amizades que duraram a vida

inteira. Do primeiro emprego, logo partiria para o segundo, como representante comercial de empresas sediadas no Rio de Janeiro. O novo trabalho não apenas permitiu-lhe travar novas amizades com comerciantes e industriais da Capital, mas especialmente, possibilitou-lhe o encontro - decisivo encontro - com o jornalismo.

Tudo aconteceu quando José Costa percebeu que os comerciantes precisavam saber se suas mercadorias haviam chegado ou sido despachadas no Rio de Janeiro. Naquele tempo, início dos anos 40, os transportes dependiam das estradas-de-ferro e a comunicação era difícil, mas podiam-se evitar despesas com armazenagens desnecessárias se se soubesse da remessa das mercadorias. José Costa, claro o nicho, abraçou com entusiasmo o *Informador Comercial*, boletim fundado meses antes por Armando Mendes. Ampliado gradativamente em sua função, o boletim, originalmente impresso em mimeógrafo, foi o embrião de um jornal capaz de influir na vida econômica do Estado e de ajudar a transformá-la.

Do mimeógrafo manual passou-se ao elétrico, desse à primeira impressora - uma Marioni de segunda mão - e dela em 1967, à primeira impressora off-set de Minas e do Brasil. Do formato do informativo passou-se ao tablóide, daí ao *standard*. Do trabalho individual passou-se ao de uma equipe, composta de brilhantes jornalistas. Do pequeno número de temas cobertos passou-se ao variado leque que integra toda a atividade industrial e comercial mineira. Do pequeno escritório passou-se a endereços variados, até chegar-se a sede própria, em arrojadas instalações. E assim o *Informador Comercial* cedeu vez ao *Diário do Comércio* e a um irmão, de caráter também pioneiro em sua proposta, o *Jornal de Casa*.

Em 1982, quando da comemoração do 50º aniversário do *Diário do Comércio*, José Costa, avaliando a trajetória percorrida, afirmou que, se perguntado, responderia que estava "*pronto a recomeçar tudo pelos mesmos caminhos*". Em 1992, no 60º aniversário, o que ficava mais nítido no jornalista octogenário era sua vontade de continuar apostando no rejuvenescimento e

no compromisso permanente de sua publicação com Minas e os mineiros.

A trajetória do empresário determinado e tenaz na área do jornalismo, resumida nas breves linhas deste texto, é a que mais comumente se louva em José Costa. Pouca luz se lança habitualmente sobre outras qualidades do jornalista, essas talvez que o tenham distinguido entre tantos empreendedores e que tenham conferido valor personalizado a sua atividade.

José Costa foi homem de larga sensibilidade. Dedicou à pessoa do outro atenção e respeito, tendo indistinta e constantemente espalhado sinceridade, transparência, solidariedade, alegria, entusiasmo e esperança entre todos aqueles com quem conviveu. Gravitaram em torno dele, por essa razão além de outras, um sem-número de amigos, que incluíam desde autoridades, empresários e intelectuais até o mais modesto de seus empregados na empresa jornalística que deixou consolidada.

Foi também homem da mais absoluta ética e de inarredável compromisso com a verdade. Nenhum fato de importância para Minas e o Brasil, nenhuma notícia, por mais desagradável que pudesse parecer aos poderosos de então, deixou de ser publicada no jornal sob seu comando. Aos que questionavam José Costa por dar notícias que as demais publicações sonegavam aos leitores, ele respondia que o seu papel não era o de julgar os fatos, mas transmiti-los ao maior número de pessoas para que elas formassem por si o seu juízo.



Os próprios jornalistas que com ele trabalhavam em seu jornal relatam, a exemplo de Osório da Rocha Diniz, que sempre escreveram "*com liberdade e independência*", jamais sendo alvo de qualquer tipo de censura por parte do jornal, nem durante o período da ditadura que sucedeu ao

Golpe Militar de 1964, quando, sob o argumento da censura prévia, muitas publicações instauraram, sem jamais abandonar, uma espécie de autocensura em suas redações.

Essa postura valeu para José Costa a amizade e o respeito das lideranças e dos setores progressistas mineiros, ao mesmo tempo em que o tornava pessoa incômoda aos habituados a retirar das páginas das publicações mineiras tudo o que lhes desagradava. José Costa acabou tendo de enfrentar inquéritos militares e chegou a ser preso, logo após os militares assumirem o poder, em 1964. Nada, no entanto, fez com que o jornalista deixasse de ser fiel à informação, compromisso ético fundamental do jornalismo.

A ética em José Costa também se revelaria em seu vigoroso compromisso com seu tempo, tendo o jornalista colocado as páginas de seu jornal a serviço do desenvolvimento autônomo de Minas Gerais e do Brasil, quando, ao final da segunda guerra mundial, idéias novas começavam a brotar no País. Demonstrando acreditar no Brasil, no seu desenvolvimento, no sentido de uma luta que não se perdesse em ataques, críticas ou elogios pagos a políticos de qualquer origem ou tendência, José Costa, pelas páginas de seu jornal, foi ativo combatente nas campanhas pelo monopólio estatal do petróleo, pela criação da Petrobrás (O Petróleo é Nosso), pela industrialização de Minas, pela criação da Cidade Industrial de Contagem, pelo aproveitamento racional das jazidas e recursos minerais do Estado e pela construção de Brasília, assunto esse último que dividia fortemente a opinião pública no final dos anos 50. Sem acreditar, como muitos inimigos de Brasília, que a nova Capital era "*mais um delírio de JK*" ou uma "*mera trilha de onças*" distante dos centros urbanos, José Costa provou-se um autêntico nacionalista em Minas Gerais.

Por essas razões todas, em 1995, quando faleceu, o jornalista José Costa deixou aos filhos Lúcia, Nair, Vera, Raquel, José e Luiz Carlos, a seus netos, a seus colaboradores e a todos quantos conheçam sua história as imprecíveis lições de um grande

lutador que manejou da melhor forma as melhores armas, sem as ter querido depor jamais, nem mesmo sob o denso chumbo dos anos da ditadura.

À época de seu falecimento, dezenas de manifestações públicas condensaram parte dessas lições, como nos excertos a seguir transcritos:

"No período revolucionário, a diretoria da União teve problemas com a ditadura e o jornal colocou-se à frente, mostrando como a nossa entidade combatia além dos limites do comércio varejista." (Lázaro Pontes Rodrigues, presidente da União dos Varejistas de Minas Gerais)

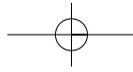
"Além de parceiro nas glórias e sofrimentos de Minas Gerais, José Costa tornou-se matriz da cidadania para o empresariado de nossa terra". (Gilman Viana Rodrigues, presidente da FAEMG)

"José Costa jamais ligou-se a qualquer tipo de poder que influísse ou tentasse comprar sua opinião pessoal ou sua orientação jornalística. Escrevi para o jornal dele desde os tempos do Informador. Nunca percebi em Costa, nem de longe, a intenção de influenciar o meu pensamento ou o de qualquer outro de seus colaboradores." (Washington Peluso Albino, ex-professor de Direito da UFMG)



"Fez do Diário do Comércio uma casa que é o símbolo da liberdade de imprensa, um baluarte da liberdade de expressão." (Márcio Trindade dos Santos, presidente do Sindicato dos Contabilistas de Minas Gerais)

"Acreditava no jornalismo e em valores progressistas. Engajou-se fortemente nas lutas nacionais. Deixa na biografia a resistência ao Golpe de 64. Quero frisar também a participação concreta dele no Partido Comunista. Inclusive, por seus ideais,



pagou com alguns meses de prisão na época da revolução de 64." (Deputado federal Tilden Santiago)

"Eu o conheci desde antes de 64. Mas foi no Golpe de 64 que eu reconheci o homem, o cidadão, o jornalista, o homem corajoso. Fui daqueles que também, como José Costa, enfrentaram as iras do Golpe de 64." (Alúcio Pimenta, reitor da UEMG)



"Um incansável defensor de valores fundamentais para a cidadania. (Patrus Ananias, prefeito de Belo Horizonte)

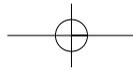
"Exemplo de dedicação ao trabalho, de ânimo em defesa dos interesses do Brasil e de luta em favor da democracia e da liberdade." (Paulo Cabral, presidente da ANJ)

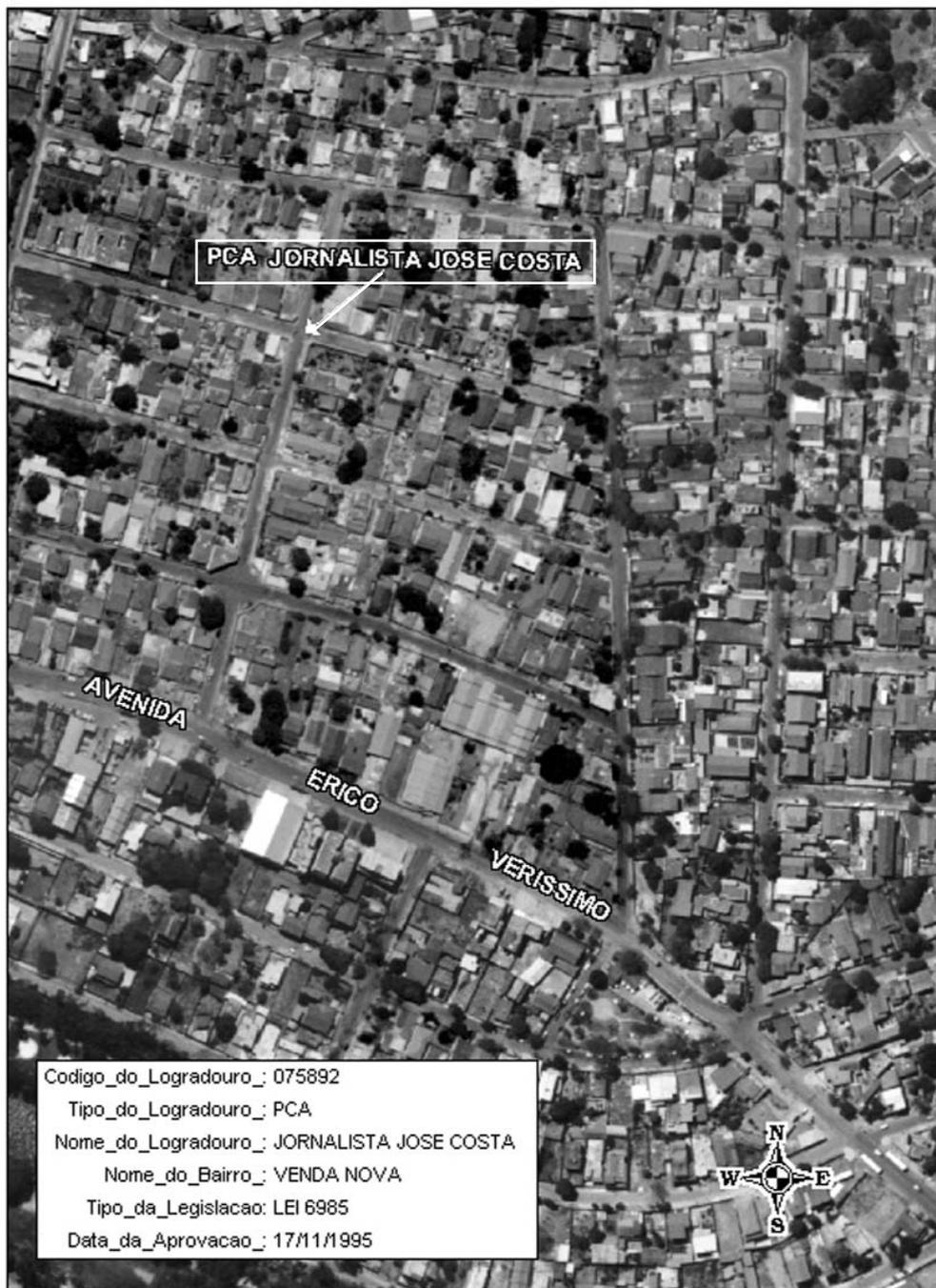
"Era ele ideólogo da melhor qualificação, pugnando por direitos sociais, naquela época só entendidos como bandeira comunista. Mas nunca pude verificar sua postura contra os sagrados interesses nacionais". (José Cabral, vice-presidente da OAB/MG)

"Teve ele a dignidade, o gesto humanitário de acolher os perseguidos políticos, pessoas que na clandestinidade lutavam por suas idéias. Elas tiveram o amparo, a proteção e a simpatia de José Costa." (Deputado Marco Régis)

"Personalidade importante na luta democrática de Minas. Sua vida e sua ação jornalística sempre se pautaram por esses interesses maiores." (Deputado federal Sérgio Miranda)

"José Costa foi um homem marcado pelo espírito progressista desde que fomos colegas na década de 50." (José Aparecido de Oliveira, ex-embaixador do Brasil em Portugal)





José Júlio de Araújo

José Júlio de Araújo, filho de José de Araújo e Maria do Rosário Corrêa Araújo (D. Lulu), nasceu em Itapecerica, Minas Gerais, em 22 de julho de 1943.

Fez o curso primário no Colégio Herculano Paz em Itapecerica e transferiu-se depois para o Grupo Escolar Cesário Alvim, quando a família mudou-se para Belo Horizonte, em 1951. Estudou no Colégio Anchieta e abandonou os estudos na terceira série do ginásio, quando então, aos 14 anos, começou a trabalhar no Banco da Lavoura de Minas Gerais, onde conheceu militantes políticos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao qual decidiu se filiar.

O Golpe Militar de 1964 impactou a vida política de José Júlio, que, nessa época, militava no movimento sindical bancário. O Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, um dos mais ativos e organizados antes do Golpe, foi colocado sob intervenção e vários militantes mais antigos foram presos e perderam seus empregos.

Ainda em 1964, e principalmente em 1965, José Júlio passou a atuar clandestinamente em duas frentes: 1) recontatar e reorganizar os sindicalistas bancários e, mais tarde, também as outras categorias urbanas; 2) reorganizar o PCB na capital mineira.

Nos anos de 1965 e 1966, José Júlio foi membro do Comitê Municipal do PCB de Belo Horizonte, onde se destacou pelo empenho, pelo engajamento, mas, principalmente, pelo ques-





tionamento da orientação política geral que predominava no partido.

Na luta interna do PCB, nos anos de 1965 e 1966, José Júlio se alinhou com a chamada Corrente Revolucionária, que no Brasil tinha como um dos principais líderes o dirigente comu-

nista Mário Alves, que vivia e atuava clandestinamente em Minas Gerais a essa época.

A convivência, as discussões e reuniões com Mário Alves foram importantes para a formação de José Júlio e para seu futuro político.

Ao final de 1966 e início de 1967, José Júlio e outros companheiros do PCB se desligaram do partido, criticando-o por suas posições reformistas e pacifistas, optando por posições revolucionárias. Egressos do PCB, fundaram a organização político-militar denominada Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE), da qual José Júlio foi um dos dirigentes.

A CORRENTE, não obstante a influência de Mário Alves concordando com a linha geral de negação do pacifismo e de afirmação da necessidade da luta armada contra a ditadura militar, divergiu de Mário Alves quanto à necessidade da existência de um partido na organização da luta revolucionária, bem como em alguns pontos da estratégia revolucionária.

A CORRENTE acabou se alinhando com Carlos Marighela, que, a partir da teoria guevarista do foco (foquista), elaborou a estratégia guerrilheira para o Brasil, que privilegiava, numa primeira fase, a guerrilha urbana.

O último contato pessoal de José Júlio com a família foi em São Paulo, em 1968, quando, 15 dias após sua saída de Belo Horizonte, recebeu a visita de D. Lulu, sua mãe, e de Valéria, sua irmã. Foram todos jantar no "Restaurante do Papai" junto com o amigo Gilney Amorim Viana. D. Lulu quis marcar um novo en-

contro, mas José Júlio, alegando uma viagem para o Rio, a convite de um amigo, despediu-se. A família acredita que nessa ocasião ele já estava de viagem marcada para Cuba. Após sua partida, a polícia esteve, por duas vezes, na casa de seus pais, em Belo Horizonte, à sua procura.

Decidido, José Júlio foi um dos primeiros a ser enviado a Cuba para se preparar técnica e taticamente para a guerrilha, juntamente com os companheiros do agrupamento de Carlos Marighela, futura Ação Libertadora Nacional (ALN).

Contudo, antes de ser deslocado para treinamento, José Júlio cumpriu duas tarefas politicamente importantes para o movimento dos trabalhadores: 1) desempenhou papel fundamental na articulação da chapa de oposição que iria disputar e vencer as eleições de 1967 no Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte; 2) apoiou a chapa de oposição nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Contribuiu também para a eclosão da greve dos bancários e dos metalúrgicos de Contagem em 1968.

Maurício Paiva, antigo militante, num artigo publicado no jornal *Estado de Minas*, edição de 25 de outubro de 1991, intitulado *Exilados Políticos*, conta: "*a última vez que vi o José Júlio foi em Havana, quando ele se preparava para retornar, clandestino, ao Brasil. Todos os que estavam em Cuba tinham esse propósito, mas eu acabava de chegar e ele já arranjava as malas para partir*". Ainda neste artigo ele se perguntava por que os brasileiros no exílio sempre mantiveram acesa a chama do retorno ao Brasil, se a vida era mais segura lá fora. Por que voltar, sob ferrenha ditadura, sujeitando-se ao risco da morte, da prisão e da tortura? E o que levaria uma pessoa a uma luta em que as chances de sair com vida eram tão escassas? "*No final (ele diz), homens como José Júlio tinham raízes fincadas nas profundezas desta terra e aqui queriam viver ou morrer*".

Voltando de Cuba, em 1971, José Júlio morou por alguns meses no Chile, aguardando o momento de retornar à luta clandestina no Brasil, apesar das condições tão adversas na época.

De volta ao Brasil, em abril de 1972, José Júlio morou em São Paulo com os companheiros Iara Xavier Pereira e Arnaldo Cardoso Rocha, no seu curto período de clandestinidade, pouco antes de sua morte.

Engajou-se na resistência armada e na reorganização da ALN, compondo o grupo de militantes que decidiram resistir até o final, não obstante as dificuldades de atuação e sobrevivência de guerrilha urbana naqueles anos.

JJ - como seus companheiros carinhosamente o chamavam - era uma pessoa amável e extremamente afetiva com seus companheiros e especialmente com sua família.

Exemplo disto é a carta que escreveu para sua mãe em 2 de março de 1971. Nela demonstra sua preocupação também com os companheiros presos: "... Apesar de todos os problemas que tiveram por minha causa, eu pediria ao Vinicius e Marcinho que visitassem meus amigos que estão presos em Juiz de Fora, e que levassem cigarros e doces que fazem muita falta para quem está em uma prisão. Eu ficaria eternamente agradecido se meus irmãos pudessem praticar este ato de solidariedade humana...".

José Júlio foi preso em 18 de agosto de 1972, por volta do meio-dia, em um bar da Vila Mariana, em São Paulo, junto com a companheira Walderês Nunes Loureiro. Ambos foram dominados pela equipe "C" do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) e José Júlio foi assassinado no mesmo dia. A versão oficial era que teria sido morto baleado por agentes de segurança em uma esquina da Rua Teodoro Sampaio, no Bairro de Pinheiros, versão essa que serviu de álibi para seus assassinos que o torturaram até o fim no DOI/CODI. Foi enterrado pelos órgãos de repressão no Cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo, como indigente.

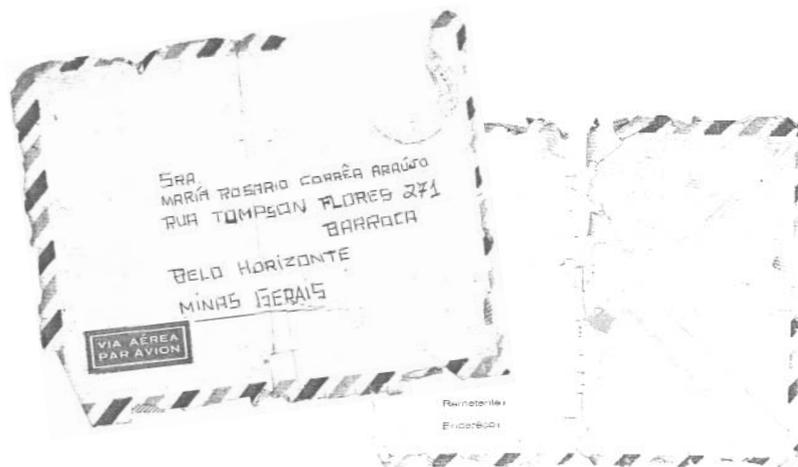
Em 1975, seu irmão mais novo, Márcio, exumou os restos mortais de José Júlio no Cemitério de Perus, sob o pretexto de transferi-lo para um ossário no Cemitério da Lapa, São Paulo. Ao invés disso, levou a urna com os ossos para Belo Horizonte,

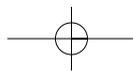
escondendo-a no sótão de sua casa, sem contar nada aos familiares, que só foram tomar conhecimento do fato depois que Márcio suicidou-se, em abril de 1976.

Só em setembro de 1991 é que foi divulgada a existência dos ossos no sótão da casa, quando o bombeiro-hidráulico e alcaçúete da polícia Salvador dos Santos Silva, que estava fazendo um reparo na residência dos pais de José Júlio, encontrou uma caixa lacrada com pregos e resolveu abri-la, encontrando então a ossada e denunciando o fato ao delegado Miguel Dias Campos, que abriu inquérito contra a mãe e a irmã de José Júlio, por ocultação do cadáver.

A ossada foi levada para o Instituto Médico-Legal (IML) de Belo Horizonte, onde foi submetida a exames e perícia técnica. Depois da liberação de seus restos mortais, José Júlio foi finalmente sepultado no Cemitério Parque da Colina, em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 6 de novembro de 1991. O enterro foi acompanhado apenas por familiares, amigos, antigos companheiros e representantes dos movimentos de Direitos Humanos e da Anistia.

(Texto de autoria de Cláudia Faria Araújo)





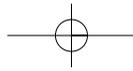
Minha querida mãe:

Espero que me perdoe por não ter escrito antes, afinal faz tanto tempo que não nos vemos e eu sinto muito por isto. Minha vontade é estar junto de você e de todos. Mas que posso fazer.

(...) Apesar de todos os problemas que tiveram por minha causa, eu pediria ao Vinícius e Marcinho que visitassem meus amigos que estão presos em Juiz de Fora e que Ihes levassem cigarros e doces, que fazem muita falta para quem está em uma prisão. Eu ficaria eternamente agradecido se meus irmãos pudessem praticar este gesto de solidariedade humana.

(...) Você sabe que é a pessoa a quem eu mais quero, por tudo que fez por mim e por meus irmãos. Espero que compreenda que quando não escrevo é porque não posso. Apesar dos problemas que eu trouxe para você, por favor, seja feliz. Eu nunca poderia retribuir tanto carinho que você dedicou a mim. Terminarei esta carta com estes versos, que exprimem meus sentimentos para com minha adorada mãe:

*A pessoa mais próxima a mim
és tu
a quem entretanto
não vejo desde há muito tempo
só em sonhos.*



Minha querida mãe

Espero que me perdoe, por não ter escrito antes, após tantos anos nos semos, e eu sinto muito sei e de todos. Mas, que posso fazer
Espero que você esteja bem há 6 meses, como você me falou a saúde, pois que se lembra ainda



Terrorista volta a morrer em S. Paulo

Por volta das 16,30 horas do dia 18 último, na mansão de um alto funcionário do Largo das Ruas, em São Paulo, foi morto, pelas autoridades brasileiras, um homem de nome político, conhecido como "José Júlio de Araújo", que se tornou um dos principais líderes do movimento de Cuba, onde frequentava o curso de terrorismo.

Passagem aérea para o Brasil
Destinos do Sol, Central, Norte, Europa, Ásia, África e Oceania.
"Quem é vindo para Cuba"
Este passaporte é válido até o dia: 09 de Agosto de 1978

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BELO HORIZONTE
Sócio: JOSÉ JÚLIO DE ARAÚJO
Banco: da Lavoura de Ms. Gerais S/A
Inscrito em: 25 / 2 / 58
Inscrição N.º: 7.708



quando... por fazer... Tudo que... não vai... Espero que... para os... e nunca... aqui esta... para com...

A pessoa mais próxima a mim cresci, a que entretanto não vejo desde a muito tempo mas que em sonhos.

Fori filho

era de todos os problemas que tinham por minha causa, eu vim aqui e Marília que meitarem dos meus amigos que eu não de fora... o... o... e dóer que fazem muit

(Montagem oferecida pela família de José Júlio)



José Matheus Pinto Filho



José Matheus Pinto Filho nasceu na cidade do Serro, Minas Gerais, no dia 31 de outubro de 1944, filho do funcionário público e vereador José Matheus Pinto e da professora pública estadual Célia da Cunha Magalhães.

Em toda a sua breve vida, José Matheus demonstrou, com sua maneira de existir, defender uma filosofia de vida alicerçada na justiça social, solidariedade, fidelidade aos amigos e aos princípios por que lutaram, ou seja, direitos sociais básicos para todos, educação, saúde, moradia, alimentação e trabalho. A construção de uma pátria livre, igualitária e

solidária era seu sonho maior, pelo qual lutou sempre.

Atuou de maneira incansável e com enorme empenho na defesa dos injustiçados e marginalizados, especialmente da população das favelas e dos presos políticos.

Suas crenças e ideais desenvolveram-se desde muito cedo. Incentivado pelos pais, admirou, já na infância, os exemplos de cidadania e luta dos conterrâneos ilustres, principalmente Teófilo Otoni e Pedro Lessa. Estas lições iniciais de civismo e luta pela liberdade e justiça social levaram-no a escolher como profissão a advocacia, para ele exato instrumento para a conquista de seus ideais.

Desde cedo destacou-se como estudante. Foi escolhido orador da turma que concluiu a quarta série do Ensino Funda-

mental em 1955 no grupo Escolar João Nepomuceno Kubitschek, no Serro. Os estudos tiveram prosseguimento no Ginásio Ministro Edmundo Lins, também no Serro. Mas, esgotando-se os serviços de ensino oferecidos em sua cidade natal – curso primário e curso ginásial, para os alunos do sexo masculino –, a família viu-se obrigada a encaminhá-lo para Belo Horizonte, onde passou a morar na casa das tias paternas, que inicialmente moraram no bairro Floresta e depois se transferiram para o bairro de Santa Tereza.

José Matheus optou pelo curso clássico, matriculando-se no Colégio Marconi, de forma a se preparar eficientemente para o ensino superior - o curso de Direito. Das séries iniciais à Faculdade, construiu amizades profundas e sinceras, que compartilharam dos mesmos sonhos e ideais.

Enquanto estudante, José Matheus dedicou-se à luta política no movimento estudantil, do qual tornou-se renomado líder. Foi presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) de 1966 a 1967, período em que era grande a resistência dos estudantes à ditadura.

Várias foram as ações de que José Matheus participou, como, por exemplo, um julgamento simulado do presidente Castello Branco: no julgamento dos estudantes, o presidente restava enquadrado em dez artigos da Lei de Segurança Nacional, criada pelos próprios militares para reprimir o povo e suas instituições. Também, como presidente do DCE da UFMG, participou da coordenação do XXVIII Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (UNE) realizado no Convento São Francisco, no bairro Carlos Prates, em Belo Horizonte. Ainda no exercício da presidência do DCE, promoveu a redação, edição e publicação do nº 5 da revista *Mosaico*, que define toda a orientação política para o movimento estudantil e para o órgão em sua coordenação. Foi militante da Ação Popular (AP), da qual foi um dos dirigentes. Formou-se em dezembro de 1967, quando passou à vida profissional.

Como funcionário público, iniciou sua carreira no departamento de estatística de Minas Gerais. Ao conquistar a

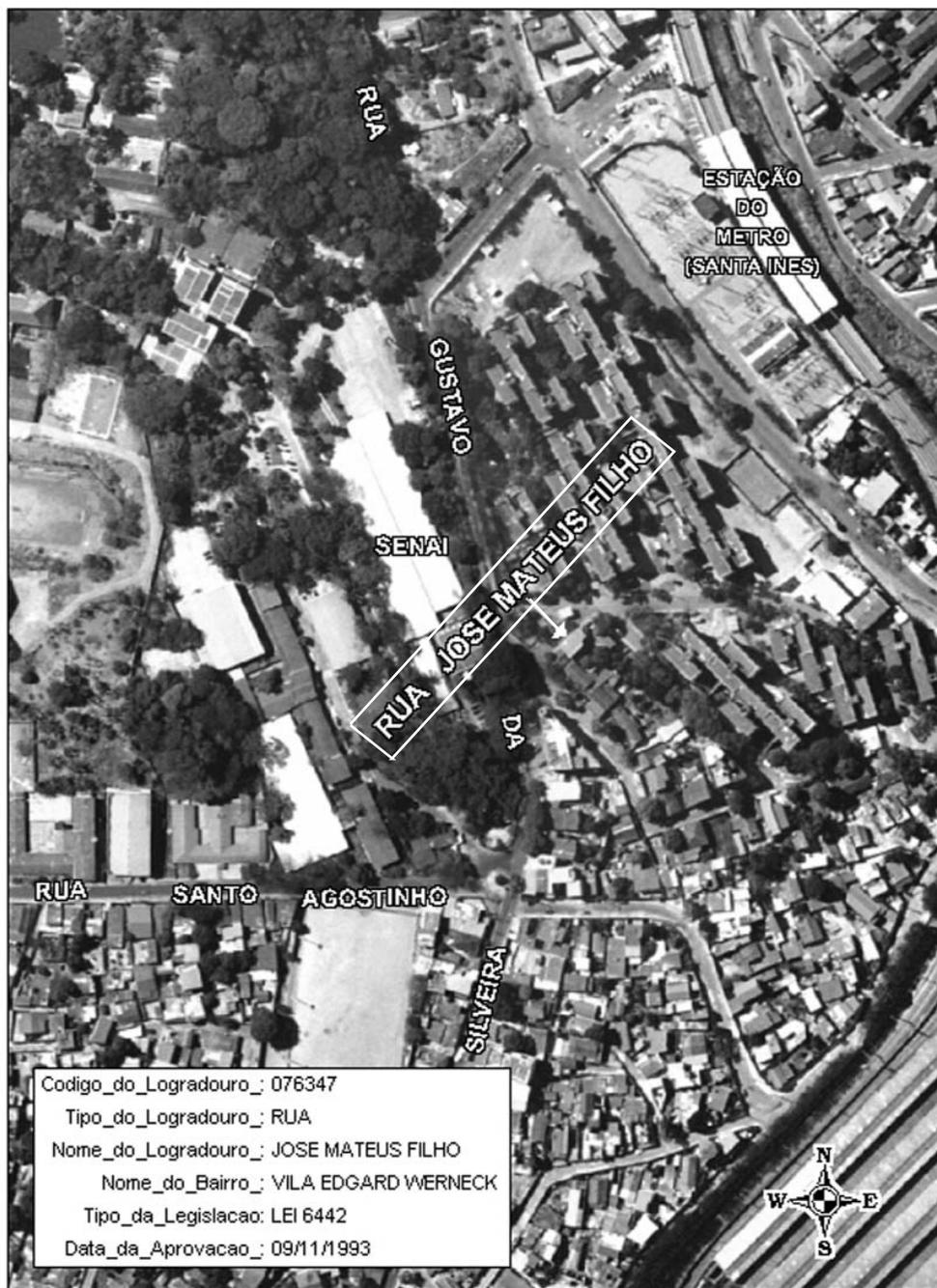
carteira de solicitador da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MG), seu exercício passou a ser no Fórum Lafaiete, onde atuou na Assistência Judiciária. Atuou também no Departamento de Assistência Judiciária (DAJ) de sua Faculdade. Nestes serviços, desenvolveu ação destacada na defesa de direitos sociais da população favelada, como a do conjunto Santa Maria de Belo Horizonte, em que atuou contra o pretensão proprietário Antônio Luciano e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que pretendiam destruir as habitações ocupadas por várias famílias: conquistou para elas o direito de permanência. Desenvolveu jurisprudência na defesa de presos políticos junto à Justiça Militar. Também desenvolveu ação segura e corajosa junto às forças de repressão na libertação de colegas amigos e companheiros de luta contra a ditadura, entre eles Betinho Duarte e Apolo Heringer Lisboa.

José Matheus morreu em 13 de outubro de 1968, aos 23 anos, quando voltava de uma viagem que fizera a Brasília a serviço do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Morreu em Abadia dos Dourados, distrito de Coromandel, por afogamento. Naquele momento, sua prisão preventiva estava para ser decretada pela Auditoria Militar de Juiz de Fora.

Além dos pais, tios e primos, deixou as irmãs Ana Maria, Maria das Mercês, Maria Dolores, Maria Célia e a sobrinha Ana Célia. Foi sepultado no Cemitério da Saudade, em Belo Horizonte.

(Texto de autoria de Ana Maria e Mercês)





Professor Lourival Vilela Viana



Lourival Vilela Viana nasceu em Cachoeira de Minas, Minas Gerais, em 13 de março de 1915. Veio para Belo Horizonte em 1932, quando foi aprovado no vestibular de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Diplomado, desenvolveu extensa e profícua vida profissional, que incluiu a cátedra de Direito Processual Penal na Faculdade de Direito da UFMG e o cargo de diretor da mesma Faculdade.

Em 1967, em pleno vigor da ditadura militar, foi cassado, perdendo tanto o cargo de diretor quanto o de professor. De sua ficha de cassação consta a seguinte justificativa: "*amigo dos estudantes*". De fato, Lourival Vilela Viana sempre demonstrou profunda solidariedade aos estudantes perseguidos pela ditadura: visitava-os e assistia-os quando presos, evitou a prisão de vários, foi interlocutor constante entre os estudantes e a polícia. Quando foi promulgada a Lei da Anistia, em 28 de agosto de 1979, o velho professor retornou à cátedra e reelegeu-se diretor, constituindo-se no primeiro caso de anistiado a retomar inteiramente a vida de trabalho que a ditadura arbitrariamente interrompera.

Deixou para todos quantos o conheceram e para seus familiares as mais preciosas lições, como as que são lembradas no texto de autoria de Márcio Túlio Viana, seu filho, que a seguir se transcreve.

Sobre o Prof. Lourival Vilela Viana, meu pai

Dizem que a vida é uma escola. Mas a vida é, também ... uma escolha.

Podemos evitar - ou enfrentar - os desafios. Podemos sufo- car - ou libertar - as emoções.

Podemos - como diz o poeta - passar a vida em brancas nuvens.

Mas também podemos, ao contrário, transformá-la numa aventura.

Desde menino, quando nadava nas enchentes do rio Sapucaí, meu pai Lourival fez a sua escolha. Correu todos os riscos e viveu apaixonadamente.

Apaixonou-se por seus pais, por seus irmãos, por sua querida Santa Rita.

Pelas lutas de Jack Dempsey, por seus copos de leite gelado, pelas montanhas do sul de Minas, pelos filmes de Tom Mix.

Um dia, já se apaixonando pelo Direito, viu cruzar à sua frente uma estudante de Medicina.

E logo se apaixonou por seus olhos inteligentes, por seu coração doce e guerreiro e pelo seu nome suave que soava como música - Iolanda.

Mais tarde vieram os filhos, a casinha em Lagoa Santa, as noites de lua cheia, as andanças de charrete e as prosas na cozinha, sob a luz do lampião.

E, por fim, a sua querida Grota Funda, as mudas debaixo do braço, as vacas no curral, as caminhadas no pasto, os casos engraçados, o jornal lido na rede.

De paixão em paixão, apaixonou-se também pela Faculdade, e sobretudo pelos alunos.

Ele os chamava de colegas - e era chamado de Colegão. Lutou por eles, e com eles, e pagou caro por isso.





Foi um mestre em Direito Penal. Sua tese "A Embriaguez" ganhou rasgados elogios de Nelson Hungria.

Foi também um mestre do Processo. Escreveu sobre "A Liberdade de Prova" e "A Confissão". Fundou o Instituto Brasileiro de Ciências Penais. E ganhou a

cátedra em disputado concurso.

Mas foi sobretudo um mestre de vida. Ensinou-nos a amá-la, saboreando cada instante. E, mesmo já perto do fim, às vezes parecia ainda estar no começo.

Naturalmente, não foi um homem perfeito. O coração às vezes o traía. Mas esse era o preço que pagava pelas virtudes que tinha.

Hoje, vejo meu pai em minha mãe, em meus irmãos, em meus filhos, em mim mesmo.

Na verdade, vejo-o em todos os que o queriam bem. E em todos os que o querem bem, mesmo sem tê-lo conhecido.

Ele correu todos os riscos e viveu apaixonadamente. E, quando se vive assim, uma vida se estende sobre outras vidas, completando-se e prosseguindo, como as ruas de uma cidade.





Professor Luiz Bicalho



Luiz de Carvalho Bicalho nasceu em Santa Cruz do Escalvado, município de Ponte Nova, em 25 de junho de 1920, tendo vindo ainda pequeno para Belo Horizonte, onde fez os cursos primário e ginásial, matriculando-se depois no recém-fundado curso de Filosofia da então Universidade de Minas Gerais.

Quase às vésperas da morte, ao receber da Faculdade de Filosofia o título de Professor Emérito, fez um discurso que é memória e justificação de sua vida intelectual e política, trechos do qual a seguir se transcrevem, permitindo que seu retrato aqui emerja por sua própria voz.

"Procurei esta Casa, seu curso de Filosofia, tentando sair de uma crise, a que os conhecimentos especiais vigentes não atendiam. Acresce que, de formação familiar católica, Deus, afinal, se revelava uma ausência.

As aulas do saudoso Mestre Velloso, o legítimo Professor Emérito desta Casa, sobre os pré-socráticos, eram uma revelação, e exerciam verdadeiro fascínio sobre seus poucos alunos que tínhamos optado pela Filosofia. A mim particularmente pos-

sibilitou conviver com a descrença na idéia de Deus e procurar o sentido da realidade humana.

O curso de Filosofia, no entanto, não me satisfazia plenamente. Com professores em sua quase totalidade de formação escolástica em seminários católicos, deixava muito a desejar. Eram em sua maioria homens dedicados e cultivados, mas amadores em Filosofia. E aquele humanismo em que o latim era a pedra de toque, de uma vaga espiritualidade, me parecia longe da realidade da vida, quase um ornato. Sentia-me a meio caminho, insatisfeito com uma Filosofia que mesmo precariamente só chegava a Kant, pouco rigorosa, inatual.

Em suma, a Escola não me comovia. O que me comovia era o que se passava na Europa ensangüentada, em plena Segunda Guerra Mundial. Passei a viver a política intensamente. Presidente do Diretório Acadêmico, eleito primeiro vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), tendo presidido seu Congresso Nacional de julho de 1944 - de apoio ao Corpo Expedicionário e, ao mesmo tempo, de crítica à ditadura estonovista, de corte fascista - o que acabou prevalecendo foi a opção de lutar por um mundo novo que entrevia sobretudo na Batalha de Stalingrado."

Na imperiosa necessidade de fazer uma opção partidária, a única alternativa que lhe pareceu possível foi entrar para o Partido Comunista, *"apesar da resistência ao marxismo simplificador de Stalin e ao assustador conceito de ditadura do proletariado.*

Com isso, renunciava a tudo o que antes tentara ser. Era uma postura nihilista, quase uma religião laica, conseqüência da decepção filosófica". Mas, apesar da resistência anterior, dedicou-se de corpo e alma ao partido, "freqüentemente com extremo sacrifício pessoal". Nele atuou por mais de duas décadas, por vários anos como secretário da seção de Minas Gerais.

O *"extremo sacrifício pessoal"* a que se referiu não é força de expressão. Como profissional do partido, viveu por muito tempo sustentando a família com salário pouco acima do mínimo. E,

depois de um trágico incidente com a polícia durante um comício, quando um guarda morreu baleado e ele foi considerado responsável, por ser ali a pessoa de maior responsabilidade no partido, viveu por muito tempo na ilegalidade, apenas circulando pelos *aparelhos* de Belo Horizonte.

Nem mesmo o Relatório Krushev o demoveu da militância: *"Esperava-se uma análise aprofundada da situação pelo PCUS e ela não vinha. Sentia-me logrado, culpado, humilhado politicamente. Entendi então que o certo era lutar contra aquilo que considerava, de certo modo, uma paranóia generalizada"*.

Foi preciso um drama pessoal, uma perda dolorosa *"para que deixasse o partido: "Sem ressentimentos, afastei-me do partido. O momento exigia uma reflexão impossível sem esse distanciamento.*

A essa época ingressei no magistério. E a Filosofia, que me salvara inicialmente em uma crise, revelando-se posteriormente impotente em face da realidade, voltava agora a salvar-me. As luminosas análises da realidade soviética e do movimento comunista mundial por Sartre, em Questão de Método, marcaram-me intensamente e reconciliaram-me pelo menos em parte com meu passado imediato. Pus-me a estudá-lo e paralelamente redescobria um Marx até então ofuscado pela interpretação soviética".

Apesar de ter deixado o partido, continuou comunista até o fim da vida. Afirmou: *"Não me arrependo da minha militância no Partido Comunista. Nele conheci um esquerdismo concreto, que não se restringia a uma simpatia verbal pelos oprimidos, mas, apesar dos equívocos, por eles lutava efetivamente. O que tenho dificuldade de compreender é a persistência das seqüelas do stalinismo, ou do espírito de seita, do pretensão monopólio do pensamento e da verdade, de uma esquerda voltada para si mesma, esquecendo-se de que o interesse geral prevalece sobre os interesses paroquiais, particulares. E que a luta pelo geral promove cada vez mais a aproximação do particular com o geral. No mais, o sistema capitalista já demonstrou sua incapacidade para resolver o problema da pobreza mundial e o socialismo persiste*

sua única crítica pertinente, não apenas sobre o aspecto estritamente econômico, mas também o único instrumento efetivo para liquidar esta dicotomia: de um lado, os 'homens por direito divino', de que falava Sartre; do outro, a subespécie humana, seus serviços".

Brincava: "*Sou comunista avulso*".

Depois de deixar o partido, começou sua carreira no magistério, inicialmente no antigo Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Três anos depois, Darcy Ribeiro o chamou para a recém-fundada Universidade de Brasília, onde foi diretor da Secretaria Geral dos Cursos, cargo que o tornava a segunda autoridade da instituição, logo abaixo do reitor Darcy Ribeiro. Ali esteve por um ano, mas, incompatibilizando-se com Darcy por colocar-se a favor de uma associação de docentes que se criava, pediu demissão e voltou para Belo Horizonte e para a UFMG, primeiro no Departamento de História e logo no de Filosofia, onde desenvolveu a maior parte de suas atividades, por mais de 20 anos (1964-1988).

Prestou exame de livre-docência com a tese "A Evolução do Pensamento de Sartre". Durante os anos de chumbo da ditadura militar, nunca deixou de oferecer um curso de mestrado sobre *O Capital*, de Marx, de que resultou o alentado volume *O Capital: Resumo Literal; Condensação dos Livros 1, 2 e 3* publicado em 1990 pela Editora Novos Rumos, de São Paulo.

De acordo com as palavras de Hugo Pereira do Amaral, seu ex-aluno desde o Colégio de Aplicação e hoje professor no Departamento de Filosofia da UFMG, justificando o gesto da Congregação da Faculdade ao dar-lhe o título de Professor Emérito, "*de agosto de 1963 a novembro de 1988*" (quando se aposentou) "*o professor Bicalho dedicou-se com incansável tenacidade a nossa Faculdade, a nossa Universidade. Participou de todos os colegiados, dignificou nossa Egrégia Congregação como representante dos Livres-Docentes por mais de um mandato, tendo sido membro efetivo, por dois anos, do Conselho Universitário*". E mais adiante: "*A candidatura de Bicalho a dire-*

tor da Faculdade foi majoritariamente consagrada. Contudo, não foi nomeado pela ministra de Educação. Ficou, entre professores, alunos e funcionários, se posso exprimir-me por um paradoxo, uma espécie de saudade do futuro".

No julgamento de Ivan Domingues, também seu ex-aluno e professor no Departamento de Filosofia da UFMG, na saudação que lhe fez na cerimônia em que recebeu o título de Professor Emérito, "*o Professor Bicalho sempre se insurgiu contra aqueles que viam na exigência de tecnicidade (...) um fim em si mesmo. Mostrava que a exigência de rigor era um meio (...), e que a alma do filósofo não está nos livros, mas, antes, dentro dele, exigindo (...) uma espécie de conversão moral que o leve a engajar todo o seu ser contra os males e as injustiças deste mundo (...). Para ele, "a Filosofia é inseparável da vida e da ação, particularmente da ação política.(...). Fruto de suas relações férteis e estimulantes com os alunos são as inúmeras dissertações de mestrado defendidas sob sua orientação, grande parte delas versando sobre diferentes aspectos da obra de Marx, que é sem dúvida o autor que ele mais admirou e a quem dedicou o melhor de si ao longo de sua vida".* O Professor Bicalho para ele integrava "*essa classe de homens ilustres, hoje infelizmente cada vez mais raros em nossos meios, que conta mais como pessoa humana, por suas qualidades morais, do que propriamente como 'intelectual', pelo volume do que publicou; em que o autor, a pessoa do autor, é simplesmente maior do que a obra; e em que a importância do que se faz não se mede tanto pelos livros e artigos publicados, mas, antes, pela generosidade na sua relação com as pessoas, pela sua capacidade de nelas frutificar e pela exemplaridade de seu caráter e de seus testemunhos de vida".*

Conseqüência de suas idéias foi sua dedicação ao movimento docente: ajudou a fundar a Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte, hoje Associação Profissional dos Docentes da UFMG (APUBH) e a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), onde sempre esteve presente. A APUBH não o esqueceu: por ocasião de sua morte, pu-

blicou um número especial de sua revista *Caminhos*, chamado "Bicalho. A morte do bravo companheiro".

Em Belo Horizonte manteve estreita relação de amizade com intelectuais e professores que atuavam em diversas áreas da Universidade e fora dela, como Arthur Versiani Velloso, seu mestre desde estudante, Morse de Belém Teixeira, Amaro Xisto de Queirós, Waldemar Versiani dos Anjos, Francisco Magalhães Gomes, Francisco Iglésias, Délcio Vieira Salomon, Daniel Eleazaro, Marco Antônio Coelho, Edmur Fonseca, Armando Greco, Benito Barreto, Tarcísio Ferreira e muitos outros. Aliás, era incontável o número de seus amigos, de todas as gerações, atraídos por sua inteligência, encanto, afetividade, generosidade. Era especialmente querido pelos jovens, vivia cercado de alunos que se tornavam amigos de toda a vida. Délcio Vieira Salomon comentou, quando da inauguração do Auditório Professor Luiz Bicalho, na Faculdade de Filosofia: "*Impressionante como a cada turma de alunos que passava por suas mãos, seja no curso secundário, seja na Universidade, correspondia logo em seguida a ampliação de seu círculo de amizados*".

Foi casado em primeiras núpcias com Teresinha de Jesus de Albuquerque Bicalho, com quem teve os filhos Luiz Henrique, Artur e Eduardo, os dois últimos perdidos em circunstâncias trágicas; depois da morte de Teresinha, casou-se com Lená Cervinho Bicalho, com quem teve os filhos Solange e Marcus; separando-se dela, manteve longa relação com Ivana Versiani.

Morreu em 15 de setembro de 1994.

(Texto de autoria de Ivana Versiani)



Marcelo Righi Marco

Em 1973, na transição dos mandatos Médici/Geisel, os militares haviam consolidado seus métodos de repressão política. A resistência armada fora inoculada, com o assassinato e banimento de centenas de lideranças revolucionárias. O momento era o de reconstruir as entidades que defendiam as liberdades democráticas, como os centros de estudos universitários que representaram um espaço fundamental para o reinício de um movimento popular que, anos mais tarde, conquistou a anistia ampla, geral e irrestrita. Nesse âmbito, destacou-se a atuação do estudante Marcelo Righi Marco, que contribuiu para introduzir novas formas de reflexão e de luta política dentro da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).



Filho do engenheiro ferroviário Ângelo Miguel Marco e da professora rural Maria Righi Marco, Marcelo nasceu em Belo Horizonte, em 4 de junho de 1954. Desde cedo, revelou uma predileção especial pelos estudos e pela leitura, direcionando essa energia para se aprofundar em textos que invocavam a transformação social da sociedade.

Em 1965, ingressou no Colégio Estadual Milton Campos - o histórico Estadual Central -, instituição que se destacou na resistência contra o Golpe Militar. Além de aluno notável, Marcelo participou ativamente das mobilizações, pichações e



passeatas de protesto pelo fechamento do diretório estudantil, com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Já no pré-vestibular do Pitágoras (1973), optou pelo curso de Sociologia. *"Naquele ano, eu e Marcelo ouvíamos sempre músicas de John Lennon. Ele se empolgou com Working Class Hero e começou a*

traduzi-la. Ao mesmo tempo, leu os três volumes da História da Revolução Russa, de Leon Trotski, e a sua trilogia biográfica, escrita por Isaac Deutscher. Creio que foram momentos cruciais em sua vida", lembra seu irmão Flávio. *"Marcelo possuía uma grande visão social dos processos históricos, sabia onde o galo cantava. Foi meu melhor amigo e tivemos uma grande convivência, principalmente jogando xadrez"*, completa.

Aprovado no vestibular para Sociologia na UFMG, Marcelo logo se engajou no movimento estudantil. *"Tempos difíceis aqueles. A luta já não tinha o caráter luminoso e épico de 1968, das grandes mobilizações de massa. Eram os tempos pós-AI-5. A ditadura já tinha feito todos os estragos, militarizando todos os espaços, reprimindo radicalmente as entidades estudantis e aprofundando o processo de desertificação social - prisões, torturas, mortes e desaparecimentos políticos. Eram também os tempos do vigiar e punir: os estudantes eram considerados, por definição, suspeitos permanentes"*, assinala Heloísa Greco, a Bizoca, grande companheira de luta, com quem Marcelo se casou em 14 de fevereiro de 1976.

Marcelo presidiu o Centro de Estudos de Ciências Sociais da FAFICH, na época, o único espaço possível para a reconstrução do movimento estudantil e para garantir a luta pelas liberdades democráticas. Com temeridade, ele e seus jovens companheiros enfrentaram e driblaram a repressão e a censura,

organizando eventos, jornais e boletins mimeografados que, corajosamente, divulgavam casos de prisões e tortura.

Naqueles momentos intensos, o combate foi travado *intra muros*, em um árduo processo de reconstrução das entidades de base, de recuperação do sentido de exercício da combatividade e da reconstituição do espaço da militância e da luta política. *"Marcelo participou ativamente de tudo isto: a reconstrução do Centro de Estudos de Ciências Sociais, do Diretório Acadêmico (DA) da FAFICH/UFMG, do Diretório Central dos Estudantes (DCE). As discussões sobre a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Estadual dos Estudantes (UEE) em todos os Estados ainda eram travadas na mais fechada clandestinidade. Os créditos de sua refundação pertencem à geração seguinte"*, salienta Bizoca

Essa atuação relevante alçou Marcelo ao cargo de vice-presidente do DA da FAFICH, no fim de 1974. *"Ele foi uma liderança fundamental naquele momento de reconstrução. Não estava ligado aos dogmas e às fórmulas prontas da ação imediata dos teóricos russos. Introduziu no espaço o pensamento de Georg Lukács, muito moderno para a época, em que se privilegiava uma discussão mais profunda das questões político-sociais. Marcelo foi um intelectual muito precoce"*, destaca o professor universitário Alexandre Antônio Cardoso, secretário daquela gestão do DA da FAFICH.

No DA da FAFICH também organizou o estudo dos clássicos Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Chico de Oliveira, Florestan Fernandes, Rui Mauro Marini, entre outros, através de edições clandestinas (feitas no xerox da entidade), repassadas avidamente de mão em mão. As obras desses autores, por motivos óbvios, estavam então ausentes do mercado editorial.

Em que pese a afirmação de Lênin de que *"um jornal tem*



o *poder de mil canhões*", Marcelo participou destacadamente de outras formas de resistência contra a ditadura - a imprensa estudantil (boletins, panfletos e o jornal *Gol a Gol, Se Pegá com o Pé é Dribla* e o saudoso jornal do DCE-UFMG). A redação, diagramação, paginação e distribuição deste material faziam parte de seu cotidiano de lutas.

Além disso, ele exerceu papel importante na imprensa alternativa em Belo Horizonte, como colaborador ativo dos jornais *Movimento*, *Em Tempo* e do mineiro *De Fato*. Para quem não se lembra, este tipo de militância envolvia inclusive a venda direta nos fins de semana pelos bares da cidade e a organização das vendas e acertos nas bancas pela cidade afora.

"Me lembro do Marcelo e da Bizoca recebendo pacotes dos jornais Movimento e Em Tempo no Aeroporto da Pampulha, e depois distribuindo os exemplares em um fusca quatro portas, pelos sindicatos e associações comunitárias das regiões operárias do Barreiro, Contagem e Cidade Industrial. Contribuíram para propagar a verdadeira face do regime militar e fortaleceram a discussão ideológica dentro dos movimentos populares que se reorganizavam",

conta seu irmão Fernando, que mais tarde se tornou jornalista, inspirado nessas passagens memoráveis.

Outro episódio marcante



ocorreu em 10 de maio de 1977, quando ele e seus companheiros organizaram um Encontro Nacional de Estudantes exigindo o fim das torturas e perseguições, a libertação imediata dos companheiros presos, e pela anistia ampla geral e irrestrita a todos os presos, banidos e exilados políticos.



O evento, ocorrido nos jardins da Escola de Medicina/UFMG, reunindo mais de 10 mil estudantes, foi cruelmente reprimido pela Polícia Militar nas ruas, o que acabou despertando na população belo-horizontina o desejo pela volta das liberdades democráticas. *"Ele assumiu um posicionamento político claro e defendia a suas idéias se pautando pela ética e pela argumentação intelectual"*, registra a irmã Ângela Maria Righi Marco, presidente do DA/Arquitetura, em 1975.

Marcelo Righi Marco faleceu precocemente, em 12 de setembro de 1978, mas o seu legado humanista permanece nas mentes e nos corações de muitos dos companheiros que conviveram com ele. Javert Monteiro, durante o seu enterro, resumiu esse sentimento: *"Marcelo fará muita falta, pois seu entendimento político esteve cem anos à frente de todos nós"*.

De fato, em sua curta passagem pela terra, ele conseguiu acumular uma erudição impressionante, pois além de grande enxadrista e notável bibliófilo (sua biblioteca e seu repertório de leitura eram impressionantes), era igualmente um amante da música. Suas obras de cabeceira eram a *Paixão Segundo São Mateus*, de Bach, e *Memórias Cantando*, de Paulinho da Viola. Aos 24 anos de idade, o planeta, parece ter ficado inabitável para ele.

Texto de autoria de Fernando Righi Marco



Márcio José de Araújo



Márcio José de Araújo, filho de José de Araújo e Maria do Rosário Corrêa Araújo (D. Lulu), nasceu em Itapecerica, Minas Gerais, no dia 24 de junho de 1946. A família transferiu-se para Belo Horizonte em 1951, quando Márcio tinha apenas 5 anos.

Márcio fez o curso primário no Grupo Escolar Olegário Maciel e terminou o ginásial em Itapecerica, onde nasceu. Estudou nos colégios Loyola e Marconi, em Belo Horizonte, onde terminou o científico. Sempre dizia que queria estudar Engenharia, mas seu profundo amor à natureza encaminhou-o para a Medicina.

Durante muitos anos, Márcio teve como hobby colecionar borboletas. Sua coleção foi doada recentemente e se encontra no Museu de História Natural da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

Formou-se em Medicina na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1971, optando por fazer residência médica em Psiquiatria no Hospital Galba Veloso.

Como chefe de residência, Márcio encabeçou um movimento no hospital, junto com outros companheiros de área, exigindo um tratamento mais humano e digno para os doentes mentais e protestando contra a aplicação de choques elétricos, por considerá-lo um tratamento desumano e agressivo, princi-



palmente na sua forma de aplicação: sem anestesia, na maioria das vezes, e como forma de punição.

Assumindo a luta sozinho, pois os colegas não quiseram acompanhá-lo, Márcio acabou saindo do Galba Veloso, não terminando sua residência médica, quando só faltavam seis meses para concluí-la.

Posteriormente, foi trabalhar no Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) e no Hospital Raul Soares, tendo feito parte de inúmeras mesas redondas pertinentes à sua área. Em agosto de 1972, o irmão de Márcio, José Júlio, foi preso, torturado e assassinado pela repressão em São Paulo.

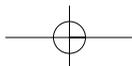
Márcio continuou atuando por mais algum tempo como psiquiatra. Porém, amargurado e desgostoso com o trabalho, com o descaso com que os pacientes eram tratados e pela forma de se administrar a questão na área da Psiquiatria, resolveu então fazer um curso de Doenças Tropicais.

Nessa ocasião, descobriu que seu irmão, José Júlio, tinha sido sepultado no Cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo, onde eram enterrados como indigentes os mortos da ditadura.

Três anos depois, em 1975, Márcio tentou a remoção dos restos mortais do irmão para Belo Horizonte. Para cumprir o ritual burocrático, alugou o ossário 1649 na terceira galeria do Cemitério da Lapa, em São Paulo, fornecendo o registro à administração de Perus como sendo o local para onde seria levada a ossada. O ossário da Lapa permaneceu vazio e lacrado até outubro de 1991.

Márcio, na verdade, acomodou os ossos de seu irmão num caixote de madeira que cabia no porta-malas do seu Corcel branco, junto com uma sacola da Polícia Militar que continha as roupas e sapatos de José Júlio de Araújo.

De volta a Belo Horizonte, guardou o caixote no sótão de sua casa, dizendo aos pais, José e D. Lulu, que havia transferido o corpo para o Cemitério da Lapa. O que Márcio buscava era, na verdade, um sepultamento digno para seu irmão, em Belo Horizonte.





(Montagem oferecida pela família)

Menos de um ano depois, no dia 4 de abril de 1976, Márcio pôs fim à própria vida, em meio a uma crise depressiva. Márcio tinha 29 anos. Márcio não agüentou o sofrimento, a dor pela perda do irmão, a angústia de um segredo guardado por anos. Como tantos outros familiares de presos políticos mortos e desaparecidos, Márcio morreu lutando pelo resgate da história de nosso País.

Só em setembro de 1991 é que foi divulgada a existência dos ossos no sótão da casa, quando o bombeiro hidráulico e alcagüete da polícia, Salvador dos Santos Silva, que estava fazendo um reparo na residência dos Araújo, encontrou no sótão um caixote lacrado com pregos e resolveu abri-lo, descobrindo então a ossada, e denunciou o fato ao delegado Miguel Dias Campos, que abriu inquérito contra a mãe e a irmã de Márcio e José Júlio, por ocultação de cadáver.

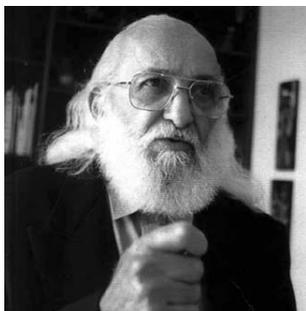
A ossada foi levada para o Instituto Médico-Legal (IML), onde foi submetida a exames e perícia técnica. Depois da liberação de seus restos mortais, José Júlio foi sepultado no Cemitério Parque da Colina, em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 6 de novembro de 1991.



(Texto de autoria de Cláudia Faria de Araújo)



Paulo Freire



Paulo Regulus Freire nasceu em 19 de setembro de 1921, na cidade de Recife, Pernambuco, uma das regiões mais pobres do País. Sensível às dificuldades de sobrevivência das classes populares, ele fez da luta por ajudá-las o grande lema de sua vida, para isso se tornando um professor de escola, um grande mestre de ciência e vida, um criador de idéias e métodos, um corajoso plantador de projetos de larga envergadura.

Casando-se em 1944 com a também professora Elza, tornou-se em 1946 docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Em 1959, defendeu sua dissertação sobre *A Educação de Adultos e Analfabetos*, dando origem a um vigoroso e amplo trabalho pela alfabetização nas classes populares. Para ele, a alfabetização era a porta de um processo capaz não apenas de habilitar o oprimido para as tarefas da leitura e da escrita, mas, principalmente, de favorecer-lhe o seu crescimento como pessoa e seu caminha para a libertação.

Desenvolvendo metodologia apropriada para o público que elegera como foco de sua atenção, Paulo Freire foi o grande pedagogo das campanhas de alfabetização no Brasil. Mas os bons resultados obtidos colocaram-no em evidência e, em breve, pesou sobre ele a acusação de ser um subversor da ordem instaurada. O Golpe Militar de 1964 acertou-o em cheio e aquele *agitador das massas* foi preso, tendo de sair do País. Exilado no Chile, só retornou ao Brasil em 1980, ocasião em que participou da fundação do partido que viria a congregar a classe por que

sempre lutou, o Partido dos Trabalhadores (PT).

Durante o seu período de exílio, Paulo Freire deu a outras terras sua imensurável força de trabalho. De 1964 a 1969, desenvolveu programa de alfabetização para a UNESCO no Chile. Em 1969, permaneceu 10 meses na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos da América do Norte, onde trabalhou como professor convidado. De 1970 a 1980, ocupou o cargo de conselheiro no escritório de Educação do Conselho Mundial da Igreja em Genebra, Suíça.



A Europa se rendeu ao pensamento inovador do pedagogo brasileiro e suas idéias passaram a influenciar toda a esfera pedagógica, incluindo os trabalhos sociais, a educação de adultos, a educação extra-escolar de jovens, as escolas, os jardins de infância. Seus 25 livros foram traduzidos em 35 países, sua obra mais conhecida - *Pedagogia do Oprimido* - recebeu versão própria em nada menos que 17 idiomas. O brasileiro foi professor em várias universidades e coordenou seminários e conferências em dezenas de instituições americanas, européias, africanas, australianas, neozelandesas e asiáticas. Instituições de ensino superior dos Estados Unidos (incluindo Harvard), Canadá, Inglaterra, Bélgica, Suíça, Itália, Espanha, Portugal, Suécia, Bolívia, Alemanha e Argentina concederam-lhe 40 títulos de doutor *honoris causa*, sendo que, no Brasil, 12 desses títulos lhe foram outorgados.

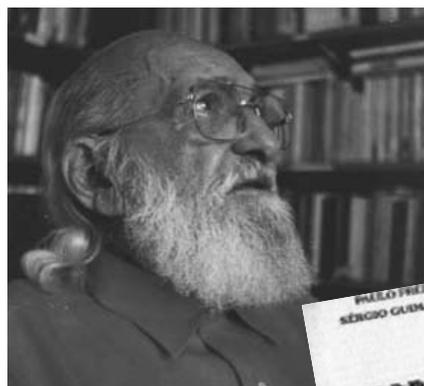
De volta ao Brasil em 1980, Paulo Freire casou-se em 1987 com Ana Maria Araújo e exerceu, de 1989 a 1991, o cargo de secretário de Estado da Educação de São Paulo. Paralelamente, continuou disseminando sua praxis transformadora que tinha por objetivo a libertação da classe oprimida. O construtivismo de Paulo Freire mostrou continuamente não só que todos podem

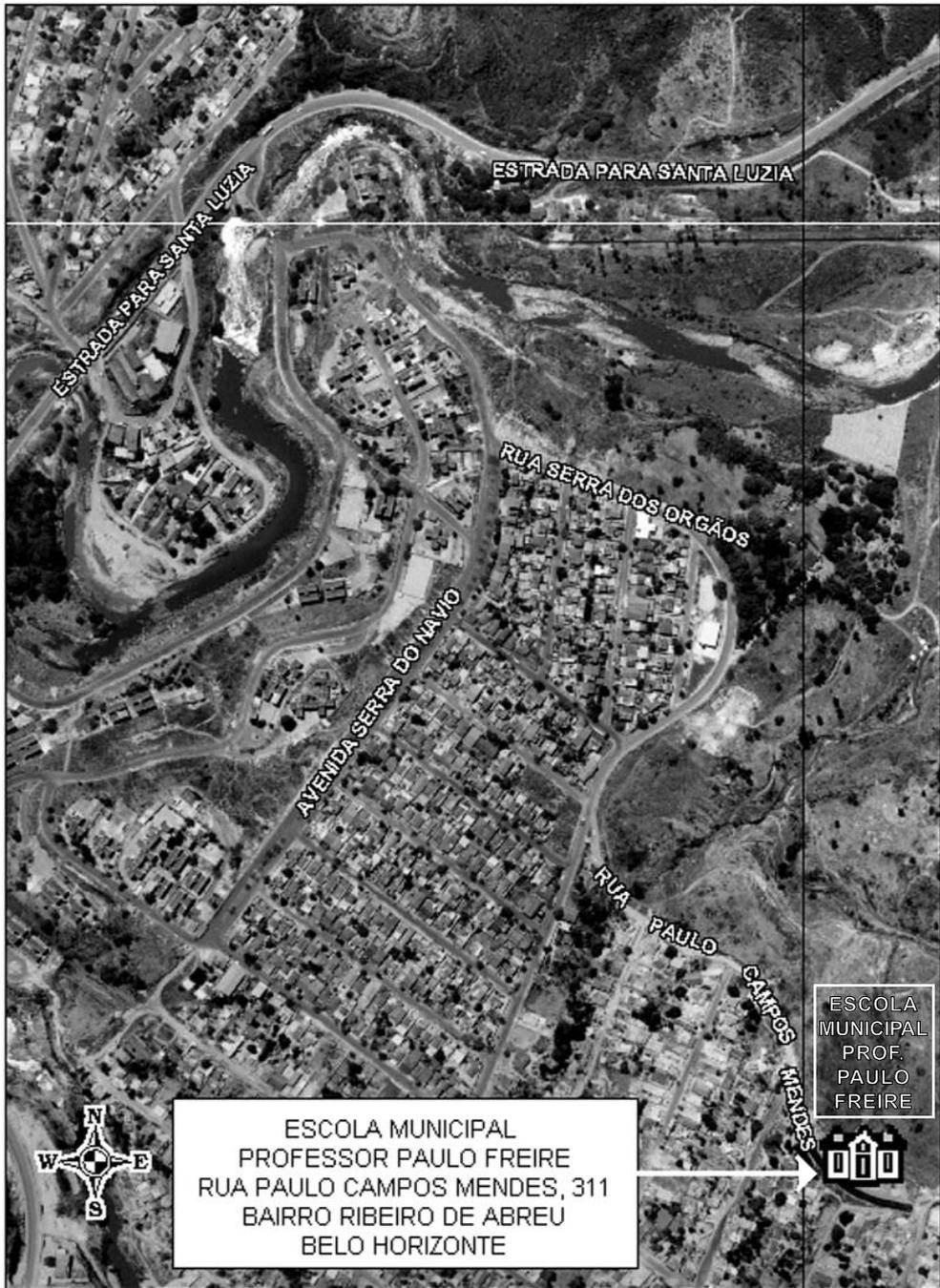


aprender, mas, especialmente, que todos sabem coisas e que todos são responsáveis pela construção do conhecimento e pela ressignificação permanente daquilo que se aprende.

Trabalhando pelo resgate da cidadania, pela formação de lideranças com maior autonomia, pelo incentivo aos multiplicadores da ação social libertadora, pelo fortalecimento dos movimentos populares e pelo estabelecimento de nova dimensão nas relações humanas e sociais, Paulo Freire foi um agente da

transformação. Ao falecer, em 2 de maio de 1997, em São Paulo, deixou lições imensuráveis e são elas as que são lembradas neste livro para homenagear todos aqueles que, em nível nacional, pertencem simbolicamente ao ideário reverenciado em *Rua Viva*.





Raul Belém



Raul Décio de Belém Miguel, filho do comerciante Elias Miguel e Maria Belém Miguel, nasceu em Araguari, Minas Gerais, em 14 de dezembro de 1938. Coursou o Ensino Fundamental e o Médio no Colégio Regina Pacis, em sua cidade natal. Em 1962, bacharelou-se em Direito pela Universidade Católica de Minas Gerais, hoje PUC-Minas.

Durante sua vida universitária, distinguiu-se como líder estudantil, tendo sido vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e lutado pela moralização do ensino jurídico no País e contra a criação indiscriminada de escolas de Direito.

Seu espírito combativo não se expressaria apenas durante os anos universitários, mas o acompanharia durante toda a vida, pontuando sua intensa, variada, múltipla e dinâmica atuação. Assim é que em 1965, um ano após o Golpe Militar, ajudou a fundar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), legenda de oposição ao regime militar instaurado no País em abril de 1964. E assim é que, por seu posicionamento, teve seu primeiro mandato de deputado estadual cassado em março de 1969, pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Retornando à militância política depois da Anistia de agosto de 1979, ingressou no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sucessor do extinto MDB. Elegeu-se a seguir deputado federal por quatro mandatos consecutivos, nos pleitos de 1982, 1986, 1990 e 1994.

A presença de Raul Belém na Câmara Federal nesse período proporcionou-lhe participar de decisivos momentos no processo de redemocratização do País. E o combativo deputado alcançou notável atuação, posicionando-se com firmeza pela consolidação do estado de direito: votou, em 1984, a favor da emenda Dante de Oliveira, que propunha eleição direta para a presidência da República em novembro daquele ano; votou, em 15 de janeiro de 1985, no Colégio Eleitoral, no candidato Tancredo Neves, lançado pela Aliança Democrática para suceder o presidente João Batista Figueiredo; posicionou-se pela posse do vice José Sarney, quando do falecimento de Tancredo Neves; participou intensamente dos trabalhos constituintes que deram ao País a Constituição Federal de 1988; e votou, em 1992, favoravelmente à abertura do processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo, acusado de crime de responsabilidade em razão do seu envolvimento com um amplo esquema de corrupção.

A par desses posicionamentos políticos, Raul Belém deu na Câmara Federal substancial colaboração a diferentes matérias, tratando desde questões relativas à soberania do País até às pertinentes aos direitos da mulher e à ordem econômica. Integrou as comissões de Agricultura e Política Rural (1983/1989/1990) Mista de Agrotóxicos do Congresso Nacional (1986), Direitos e Garantias Individuais na Constituinte (1989), de Estudos sobre as Prerrogativas do Poder Legislativo (1987), Especial sobre Política Agrícola (1990), de Relações Exteriores (1991/1995), de Constituição e Justiça e Redação (1992/1995/1996), Especial para Parecer sobre Projeto de Lei sobre Desportos (1992), Especial Mista do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro (1992), Parlamentar Mista para Acompanhar Programa Nacional de Desestatização (1992), Especial da Legislação Eleitoral e Partidária (1992), Especial da PEC 233-Educação (1996) e Especial FUNCAFÉ (1996).

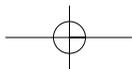
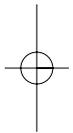
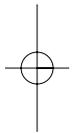
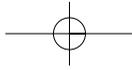
Raul Belém deixou a Câmara pouco antes do final da legislatura 1995-1999. Em janeiro de 1999, o governador de Minas

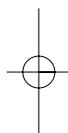
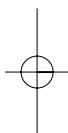
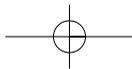
Gerais Itamar Franco nomeou-o Secretário de Estado de Assuntos Municipais. Ainda em 1999, deixou aquela pasta e passou a ocupar a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Durante o exercício do cargo, a vida interpelou brusca-mente o combativo trabalhador, que faleceu em 13 de outubro de 2001.

Raul Belém foi condecorado em vida com as medalhas da Inconfidência (1984), da Ordem do Mérito Legislativo (1985), da Justiça do Trabalho (1992), Bicentenária da Morte de Tiradentes (1993), Grande Oficial da Ordem do Mérito de Brasília (1993), Grande Oficial da Ordem de Dom Bosco (1994), do Mérito Juiz Classista (1994) e Alferes Tiradentes (1999). Depois de sua parti-da em 2001, seu exemplo de combatividade, firmeza e rigor ético traduziu-se em lições inumeráveis conservadas com carinho pelos contemporâneos, amigos e familiares, especialmente pelos filhos Janaína, Maria, Raul José e Carolina, que as retêm no coração.

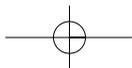


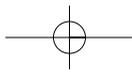
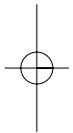
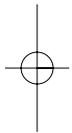
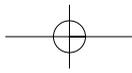




Legislação

Atualizada até 12 de dezembro de 2004





Adherbal Teixeira Rocha
Lei 8.971 de 26/10/2004

Adriano Fonseca Filho
Lei 6.392 de 16/09/1993

Afonso Maria da Cruz
Lei 6.392 de 16/09/1993

Agnaldo Galvão Leal - Padre Agnaldo
Lei 6.410 de 26/10/1993

Alcides Salles Filho
Lei 6.392 de 16/09/1993

Aldo de Sá Brito de Souza Neto
Decreto 7.731 de 03/11/1993

Amílcar Vianna Martins
Decreto 7.493 de 23/12/1992

Anélio Marques Guimarães
Projeto de Lei 1.964/2004 - em tramitação

Ângelo Pezzuti da Silva
Decreto 7.721 de 22/10/1993

Anthero de Carvalho Drumond
Lei 8.942 de 22/09/2004

Antônio Carlos Bicalho Lana
Decreto 7.724 de 22/10/1993

Antônio Holandino de Araújo
Decreto 8.084 de 20/10/1994

Antônio Joaquim de Souza Machado
Lei 6.392 de 16/09/1993

Antônio Luiz Paixão
Lei 7.391 de 17/11/1997

Antônio dos Três Reis Oliveira
Lei 8.904 de 21/07/2004

Arildo Valadão
Lei 6.392 de 16/09/1993

Ariosvaldo Campos Pires
Lei 8.988 de 07/12/2004

Aristides Lisboa
Decreto 8.076 de 20/10/1994

Arlindo José Ramos
Lei 8.958 de 04/10/2004

Armando Ziller
Lei 6.392 de 16/09/1993

Arnaldo Cardoso Rocha
Lei 6.392 de 16/09/1993

Áurea Eliza Pereira Valadão
Lei 6.392 de 16/09/1993

Azarias Duarte Soares Souza Lima
Lei 8.916 de 22/07/2004

Benedito Gonçalves
Decreto 7.951 de 11/07/1994

Carlos Alberto Soares de Freitas
Lei 6.392 de 16/09/1993

Carlos Schirmer
Lei 6.611 de 11/05/1994

Cecílio Emígdio Saturnino
Lei 7.472 de 31/03/1998

Celso Aquino Ribeiro
Lei 8.972 de 26/10/2004

Celso Monteiro Furtado - Celso Furtado
Projeto de Lei 2.047/2004 - em tramitação

Ciro Flávio Salazar e Oliveira
Lei 6.392 de 16/09/1993

Custódio Rezende Evangelista de Paula
Decreto 8.074 de 20/10/1994

Daniel José de Carvalho
Decreto 7.719 de 22/10/1993

David Rodrigues Diniz
Lei 8.943 de 03/09/2004

Décio Geraldo de Oliveira Sales
Lei 8.911 de 21/07/2004

Devanir José de Carvalho
Lei 6.392 de 16/09/1993

Dimas da Anunciação Perrin
Lei 8.800 de 05/04/2004

Domingos Ribeiro Viotti
Aprovada na planta do bairro

Edgar de Godói da Mata Machado
Lei 6.981 de 17/11/1985

Edina Maria da Paixão
Lei 8.889 de 14/07/2004

Eduardo Antônio da Fonseca
Decreto 7.951 de 11/07/1994

Eduardo Colen Leite - Bacuri
Lei 6.412 de 26/10/1993

Eduardo Demétrio Ferreira
Projeto de Lei 1.972/2004 - em tramitação

Eloy Ferreira da Silva
Lei 8.944 de 30/09/2004

Elson Costa
Lei 6.392 de 16/09/1993

Flávio Sampaio
Projeto de Lei 2.017 /2004 - em tramitação

Francisco de Assis Magalhães Gomes
Decreto 7.723 de 22/10/1993

Francisco Lage Pessoa - Padre Lage
Lei 6.163 de 19/05/1992

Francisco Mário de Souza - Chico Mário
Lei 6.443 de 24/11/1993

Frederico Ozanam Pereira
Projeto de Lei 1.976/2004 - em tramitação

Geraldo Heleodoro de Carvalho
Projeto de Lei 1.928/2004 - em tramitação

Geraldo Magela de Almeida
Decreto 7.951 de 11/07/1994

Geraldo da Rocha Gualberto
Projeto de Lei 2.015 /2004 - em tramitação

Gerosina Silva Pereira
Lei 8.887 de 14/07/2004

Getúlio D´Oliveira Cabral
Lei 8.959 de 04/10/2004

Gildo Macedo Lacerda
Lei 6.392 de 16/09/1993

Guido Leão Santos
Decreto 8.012 de 28/08/1994

Helber José Gomes Goulart
Lei 6.392 de 16/09/1993

Hélcio Pereira Fortes
Decreto 7.725 de 22/10/1993

Hélio Pellegrino
Lei 5.535 de 11/01/1989

Hélio Salvador de Azevedo
Lei 8.946 de 30/09/2004

Henrique Cláudio de Lima Vaz - Padre Vaz
Lei 8.480 de 16/01/2003

Henrique de Souza Filho - Henfil
Lei 6.441 de 09/11/1993

Herbert Eustáquio de Carvalho
Lei 6.392 de 16/09/1993

Herbet José de Souza - Betinho
Lei 7.966 de 27/03/2000

Herculano Mourão Salazar
Lei 7.806 de 16/09/1999

Idalísio Soares Aranha Filho
Lei 6.392 de 16/09/1993

Isis de Araújo D´Ávila Magalhães
Lei 8.037 de 17/06/2000

Itair José Veloso
Decreto 7.718 de 22/10/1993

Ivan Mota Dias
Decreto 8.078 de 20/10/1994

Izaurino Alves de Souza
Lei 8.888 de 14/07/2004

Jaime Petit da Silva
Lei 6.436 de 03/11/1993

Jair Ferreira de Sá
Lei 6.392 de 16/09/1993

James Alen Luz
Lei 8.947 de 30/09/2004

Jaime Nelson Wright - Reverendo Jaime Wright
Lei 8.312 de 25/01/2002

Jayme Goifman
Lei 8.903 de 21/07/2004

Jeová de Assis Gomes
Decreto 7.731 de 03/11/1993

João Batista Franco Drummond
Lei 6.392 de 16/09/1993

João Bosco Burnier - Padre Burnier
Decreto 7.722 de 22/10/1993

João de Carvalho Barros
Decreto 7.951 de 11/07/1994

João Firmino Luzia
Lei 5.827 de 03/12/1990

João Lucas Alves
Decreto 7.731 de 03/11/1993

João Pio de Souza
Lei 7.743 de 09/06/1999

Joaquim José de Oliveira
Decreto 7.720 de 22/10/1993

Joel José de Carvalho
Lei 6.392 de 16/09/1993

Jorge Batista Filho
Lei 6.454 de 30/11/1993

José de Assis
Lei 8.901 de 20/07/2004

José Bartolomeu Greco
Lei 8.945 de 30/09/2004

José Carlos Novaes da Mata Machado
Lei 3.565 de 17/05/1983

José do Carmo Rocha
Lei 8.948 de 30/09/2004

José Costa - Jornalista José Costa
Lei 6.985 de 17/11/1995

José Flávio Rodrigues Pereira
Decreto 8.077 de 20/10/1994

José Júlio de Araújo
Lei 6.436 de 03/11/1993

José Matheus Pinto Filho
Lei 6.442 de 09/11/1993

José Pereira Martins Filho - Zequinha
Lei 7.442 de 14/01/1998

José Prímola Ferreira
Lei 8.953 de 30/09/2004

José Renato Campos do Amaral
Lei 8.957 de 04/10/2004

José Roberto Gonçalves Rezende
Lei 8.960 de 04/10/2004

José Rocha Filho - Frei Matheus
Decreto 5.431 de 03/09/1986

José Toledo de Oliveira
Lei 8.902 de 20/07/2004

Juarez Guimarães de Brito
Lei 6.392 de 16/09/1993

Judith Vieira Lisboa
Projeto de Lei 1.971/2004 - em tramitação

Lenine Moreira da Silva
Decreto 8.082 de 20/10/1994

Lourival Vilela Viana
Projeto de Lei 2.007/2004 - em tramitação

Lucimar Brandão Guimarães
Decreto 7.951 de 11/07/1994

Lúcio Petit da Silva
Lei 6.436 de 03/11/1993

Luiz de Carvalho Bicalho
Projeto de Lei 2.016/2004 - em tramitação

Luiz Pompeu de Campos
Lei 7.386 de 17/11/1997

Magda Magalhães Alves
Decreto 8.012 de 26/08/1994

Marcelo Righi Marco
Projeto de Lei 2.040/2004 - em tramitação

Márcio José de Araújo
Decreto 8.079 de 20/10/1994

Marcos Magalhães Rubinger
Lei 6.475 de 23/12/1993

Maria Auxiliadora Lara Barcellos
Lei 6.392 de 16/09/1993

Maria das Graças Teixeira
Lei 6.396 de 30/09/1993

Maria Floripes Nascimento Alves
Lei 6.439 de 09/11/1993

Maria Lúcia Petit da Silva
Lei 6.436 de 03/11/1993

Mário Alves de Souza Vieira
Decreto 8.075 de 20/10/1994

Mário Bento da Silva
Lei 6.392 de 16/09/1993

Maurício de Rezende Pires Alcântara
Projeto de Lei 1.970/2004 - em tramitação

Milton Freitas de Carvalho
Lei 8.893 de 14/07/2004

Milton Soares de Castro
Decreto 7951 de 11/07/1994

Murilo Pinto da Silva
Lei 6.392 de 16/09/1993

Nelson José de Almeida
Decreto 7.731 de 03/11/1993

Nestor Veras
Decreto 7.951 de 11/07/1994

Ney Jansen Ferreira Júnior
Lei 8.891 de 15/07/2004

Ondina Pedrosa Nahas
Lei 6.424 de 29/10/1993

Oracílio Martins Gonçalves
Lei 6.416 de 28/10/1993

Orestes Timbaúva Rodrigues
Decreto 8.083 de 20/10/1994

Orlando da Silva Rosa Bomfim Júnior
Lei 4.110 de 11/06/1985

Osório da Rocha Diniz
Decreto 7.130 de 31/01/1992

Oswaldo Orlando da Costa
Lei 6.392 de 16/09/1993

Oswaldo França Júnior
Lei 7.057 de 29/03/1996

Otaviano de Carvalho
Lei 8.954 de 30/09/2004

Paschoal Souza Lima
Decreto 7.951 de 11/07/1994

Paulo Costa Ribeiro Bastos
Lei 6.392 de 16/09/1993

Paulo Irmensul Rogedo
Lei 8.228 de 10/10/2001

Paulo Regulus Freire - Paulo Freire
Lei 8.241 de 25/10/2001

Paulo Roberto Pereira Marques
Lei 6.392 de 16/09/1993

Pedro Alcântara Moreira
Lei 6.440 de 09/11/1993

Pedro Alexandrino de Oliveira Filho
Lei 6.392 de 16/09/1993

Raimundo Carlos
Projeto de Lei 2.043/2004 - em tramitação

Raimundo Eduardo da Silva
Lei 8.950 de 30/09/2004

Raimundo Gil da Silva
Lei 7.759 de 30/06/1999

Raimundo Gonçalves Figueiredo
Decreto 7.731 de 03/11/1993

Raul Amaro Nin Ferreira
Decreto 7.951 de 11/07/1994

Raul Décio de Belém Miguel - Raul Belém
Projeto de Lei 2.022/2004 - em tramitação

Roberto Décio de Las Casas
Decreto 7.951 de 11/07/1994

Rodolfo de Carvalho Troiano
Lei 6.392 de 16/09/1993

Rodolpho Fritsch Filho
Lei 8.973 de 26/10/2004

Ronaldo Mouth Queiroz
Decreto 8.080 de 20/10/1994

Sami Sirihal
Lei 6.395 de 30/09/1993

Sinval de Oliveira Bambirra
Lei 8.956 de 30/09/2004

Sônia Maria de Moraes Angel Jones
Decreto 8.081 de 20/10/2004

Stuart Edgar Angel Jones
Decreto 7.951 de 11/07/1994

Sylvio de Vasconcellos
Decreto 3.570 de 19/09/1979

Therezinha Viana de Assis
Lei 8.949 de 30/09/2004

Tito de Alencar Lima - Frei Tito
Lei 4.752 de 10/07/1987

Vinícius José Nogueira Caldeira Brant
Lei 8.892 de 14/07/2004

Virgílio Faustino Salomão
Lei 8.955 de 30/09/2004

Waldemar das Dores - Mamário
Lei 8.989 de 07/12/2004

Walkíria Afonso Costa
Lei 6.392 de 16/09/1993

Walter de Souza Ribeiro
Decreto 7.731 de 03/11/1993

Zilah Souza Spósito
Lei 6.467 de 06/12/1993

Zuleika Angel Jones - Zuzu Angel
Decreto 3.836 de 17/10/1980